



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 054

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 10, de 1985-CN

Da Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Decreto-lei n.º 2.139 de 28 de junho de 1984, que "reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os das pensões e dá outras providências", submetido à apreciação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República através da Mensagem n.º 24, de 1985 — CN.

Relator: Senador Mário Maia

Com a Mensagem n.º 24, de 1985-CN (n.º 232, de 1984, na origem), do Senhor Presidente da República, vem à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição Federal, o Decreto-lei n.º 2.139, de 28 de junho de 1984, que reajusta, para o 2.º semestre do ano transato, os valores dos vencimentos, salários, proventos e pensões dos servidores do Distrito Federal.

Nos termos da Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem Presidencial, o reajustamento concedido observa as mesmas bases percentuais fixadas para os servidores civis da União, pelo Decreto-lei n.º 2.130, de 25 de junho de 1984.

Dessa forma, o diploma legal em exame, a par de elevar para Cr\$ 4.800 (quatro mil e oitocentos cruzeiros) o salário-família; reajusta os mencionados valores em 65% (sessenta e cinco por cento), a partir de 1.º de julho de 1984, excepcionando, todavia, no respeitante aos vencimentos, salários e proventos do pessoal de nível médio, a quem concede, na forma da Tabela que lhe vem anexa, reajuste diferenciado, poucos pontos acima do percentual fixado para os demais servidores, tal como no paradigma.

Isto posto, e considerando que as despesas daí decorrentes foram levadas à conta das dotações do Orçamento do próprio Distrito Federal, no exercício de 1984, somos pela aprovação do Decreto-lei n.º 2.139, de

28 de junho de 1984, nos termos do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 6, de 1985-CN

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 2.139, de 28 de junho de 1984, que "reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os das pensões e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 2.139, de 28 de junho de 1984, que "reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os das pensões e dá outras providências".

Sala das Comissões, em 8 de maio de 1985.

— Deputado Djalma Bessa, Presidente —
Senador Mário Maia, Relator — Senador Jorge Kalume — Deputado Furtado Leite —
Senador Mauro Borges — Senador Marcelo Miranda — Senador João Lobo — Senador Helvídio Nunes — Senador Marcondes Gadelha — Deputado Acácio de Borja — Senador Benedito Canellas — Senador Benedito Ferreira.

PARECER Nº 11, de 1985-CN

Da Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Decreto-lei n.º 2.140, de 28 de junho de 1984, que "institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Odontológica, na Previdência Social, e dá outras providências", submetido à apreciação do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República, através da Mensagem n.º 25, de 1985-CN".

Relator: Deputado Leônidas Sampaio

Com a Mensagem n.º 25, de 1985-CN (n.º 233, de 1984, na Origem), do Senhor Presidente da República vem à apreciação do

Congresso Nacional, nos termos do art. 55, § 1.º da Constituição da República Federativa do Brasil, o texto do decreto-lei mencionado na epígrafe.

O referido diploma legal, vazado em 9 (nove) artigos, tem como primordial objetivo instituir, no âmbito da Previdência Social, a "Gratificação de Incentivo à Atividade Odontológica", que fixa em percentuais de "até 100% (cem por cento), incidentes sobre o valor do vencimento ou salário de maior referência da Categoria Funcional de Odontólogo, de acordo com critérios estabelecidos pelo Ministro da Previdência e Assistência Social" (art. 2.º).

A par disso, extingue, para esses servidores, o regime de 40 (quarenta) horas, fazendo permanecer tão-só o de 30 (trinta) horas semanais, e opera, através do seu art. 5.º, a unificação das antigas estruturas, da Categoria Funcional de Odontólogo (NS-909 ou LT-909), nivelando-a às demais do Grupo "Outras Atividades de Nível superior" e passando a estruturá-la, na forma do Anexo, em 4 (quatro) Classes — "A", "B", "C" e "Especial" —, a primeira com piso na referência NS-5 e a última com término na referência NS-25.

O decreto-lei em comento, conforme consta da Exposição de Motivos que o acompanha, visa, com as medidas que implementa, a "...dinamizar e consolidar os programas de assistência à saúde; segundo as diretrizes do CONASP", na medida da essencialidade e das prioridades dos programas em que o servidor estiver envolvido.

Quanto à unificação das cargas horárias, à base de 30 (trinta) horas semanais, decorre ela, ainda segundo a indigitada EM, da necessidade de adequação às condições do regime de trabalho, como, também, ao planejamento de turnos e plantões da respectiva prestação de serviços.

De não somenos importância, ademais, é a constatação de que a gratificação instituída irá beneficiar o expressivo número de

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

1.979 (um mil novecentos e setenta e nove) Odontólogos, proporcionado-lhes, como consequência, merecida elevação no **quantum** remuneratório.

Isto posto, e considerando, ainda, que as despesas daí decorrentes correrão à conta das dotações próprias das autarquias previdenciárias, com a só participação da União da hipótese de insuficiência de recursos orçamentários próprios daquelas, somos pela aprovação do Decreto-lei n.º 2.140, de 28 de junho de 1984, nos termos do seguinte.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 7, DE 1985-CN

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 2.140, de 28 de junho de 1984, que "institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Odontológica, na Previdência Social, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 2.140, de 28 de junho de 1984, que "institui a Gratificação de Incentivo à

Atividade Odontológica, na Previdência Social, e dá outras providências".

Sala das Comissões, em 8 de maio de 1985.

— Senador Raimundo Farente, Presidente
— Deputado Leônidas Sampaio, Relator —
Senador Lomanto Júnior — Senador Jorge Kajume — Deputado Reinhold Stephanes —
Senador Nivaldo Machado — Senador Saldanha Derzi — Senador Alfredo Campos —
Senador Mário Maia — Deputado Jorge Arbage — Deputado Moysés Pimentel —
Deputado Amaury Müller — Deputado Fernando Cunha.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 109ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE MAIO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Considerações sobre projeto de lei de sua autoria, que cria o Fundo Nacional de Pleno Emprego, em tramitação na Câmara dos Deputados.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Estado precário em que se encontram as rodovias do País. Observações sobre projetos de lei que criam o vale-transporte e o salário-desemprego.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Considerações sobre declarações que teriam sido feitas ontem, no Palácio Bandeirantes, pelo Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações, no concernente aos movimentos grevistas no País.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Manifestação de pesar pelo falecimento do professor Heleno Fragozo.

DEPUTADO RUBENS ARDENGHI — Apelo ao Ministro da Agricultura, em favor da adoção de uma política de comercialização real para a soja brasileira.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Congratulações à Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, pelos seus notáveis empreendimentos no País.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Reparos ao discurso pronunciado pelo Sr. Rubens Ardenghi, na presente sessão.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO — Críticas ao Governador do Distrito Federal, com respeito à minuta de decreto-lei de sua autoria, que proíbe acampamentos nas áreas verdes da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes.

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Necessidade na apuração das denúncias de corrupção feitas pelo Subprocurador-Geral da República, envolvendo ex-ministros da área econômica da velha República.

DEPUTADO EDUARDO MATARAZZO SUPPLY — Apelo ao Presidente do Congresso Nacional, para inclusão, em Ordem do Dia, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 26, de 1984, de sua autoria.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Observações ao discurso feito pelos Srs. Rubens Ardenghi e Osvaldo Nascimento na presente sessão.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Anteprojeto de lei recebido por S. Ex.º do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de São Paulo, dispondo sobre nova modalidade de saque da conta vinculada do FGTS.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Defesa da aprovação de projeto de lei do conglomerado Sulbrasileiro e Habitasul.

DEPUTADO SAMIR ACHÓA — Encaminhando, ao Sr. Ministro da Previdência Social, denúncia recebida a respeito de irregularidades que teriam ocorrido no último concurso para fiscal do IAPAS.

DEPUTADO CELSO BARROS, como Líder — Considerações sobre o discurso pronunciado na presente sessão pelo Sr. Elquisson Soares.

DEPUTADO RUBENS ARDENGHI, como Líder — Reparos ao discurso proferido na presente sessão pelo Sr. Lélio Souza.

DEPUTADO ELQUISSON SOARES — Réplica ao discurso proferido pelo Sr. Celso Barros.

DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO NETO, como Líder — Defesa da atuação desenvolvida pelo Sr. Ministro da Agricultura, tendo em vista críticas formuladas na presente sessão pelo Sr. Rubens Ardenghi.

1.2.2 — Comunicação da Presidência
Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Questão de ordem
Formulada pelo Sr. Djalma Falcão e acolhida pela Presidência, atinente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.2.4 — Comunicação da Presidência
Inclusão, em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matéria que especifica.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 110ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE MAIO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Sugere ao Presidente José Sarney o nome da educadora Helena Teodoro para o Ministério da Cultura.

DEPUTADO RAUL BERNARDO — Perseguição administrativa sofrida por docente da Universidade

Federal do Rio de Janeiro, por não ter participado da greve das universidades federais entre maio e agosto de 1984.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — I Olimpíada Mundial de Veteranos, a realizar-se na cidade canadense de Toronto.

DEPUTADO EDUARDO GALIL — Nota do ex-Ministro Delfim Netto, refutando denúncia contra ele formulada pelo Subprocurador-Geral da República, José Arnaldo da Fonseca.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Investidura do Deputado Sebastião Rodrigues Júnior no cargo de Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Apelo ao Ministro das Comunicações para que reveja demissões

de servidores grevistas da ECT, no Rio e em São Paulo.

DEPUTADO HORÁCIO ORTIZ — Reativação do ramal ferroviário Casa Branca-Guaxupé, em São Paulo.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES, como Líder — Greve de servidores da ECT. Apreciação da explanação do Ministro Francisco Dornelles, feita recentemente no plenário da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO RAUL BERNARDO, como Líder — Considerações sobre o pacto político preconizado pelo Governo.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 30/84, que acrescenta parágrafo ao art. 163 da Constituição Federal. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

2.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 42 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 111ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE MAIO DE 1985

3.1 — ABERTURA

3.1.1 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Fernando Gomes e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

3.1.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.2 — ENCERRAMENTO

Ata da 109ª Sessão Conjunta, em 21 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto.

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvidio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Alcides Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Inocência Oliveira — PFL; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augustus Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana

— PMDB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Pedro Ceolim — PDS.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Celso Peçanha — PFL; Darclio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Mário Jurema — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Dario Tavares — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Celso Amaral — PTB; Djalma Bom — PT; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; José Camargo — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Natal Gale — PFL; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Sa-

mir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juárez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Ítalo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo Neves — PDT; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Santinho Furtado — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Casildo Maldaner — PMDB; Ernesto de Maria — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 196 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na próxima quinta-feira, segundo comunicações da Liderança, deverá entrar em discussão na Câmara dos Deputados projeto de minha autoria que cria o Fundo Nacional de Pleno Emprego, ou seja, o seguro desemprego de que tratam os arts. 43, item X, e 165, item XVI, da Constituição Federal, que de há muito é esperado pela classe operária, principalmente agora que notamos o aumento do desemprego em todo o País.

No V Simpósio Internacional Brasil-Europa, que tratou de assuntos relacionados com trabalho, o seguro desemprego foi o assunto mais importante. Quando da Convenção do PMDB, em 1983, também o meu projeto foi considerado de emergência. Agora estamos com uma proposição para ser discutida nesta quinta-feira, e esperamos que logo em seguida ela seja encaminhada ao Senado Federal, para urgente aprovação, porque há uma

gama enorme de trabalhadores desempregados sem o mínimo recurso para viver.

O seguro desemprego não é um favor. Ele é instituído em todos os países adiantados. O Brasil vem acenando com esta possibilidade de há muito. No projeto, apresentamos inclusive os meios de subsidiar essa despesa: 50% sairiam do FINSOCIAL, pois não há finalidade mais social do que atender ao desempregado que está passando necessidades, assim como toda a sua família. O FINSOCIAL poderia dar esta cobertura. Temos também a verba que seria retirada dos leilões públicos, cujo dinheiro ninguém sabe para onde vai.

Então, seriam 10% dos leilões públicos para atender ao seguro desemprego, 20% da Loteria Esportiva, 10% do Imposto de Renda e mais 10% das despedidas injustas.

O Fundo Nacional de pleno Emprego poderá atender, através dos sindicatos, num trabalho bem feito, principalmente os mais necessitados. Isto é imperioso. Espero que, na quinta-feira, todos os Srs. Deputados, de todos os partidos, estejam aqui para votar esse projeto, não porque seja eu o seu autor, mas pela necessidade urgente, premente, de se conceder aquele benefício ao trabalhador. Dá-se para o Sulbrasil e para outras entidades; e o trabalhador desempregado, que está passando fome, precisa ser objeto de consideração do Governo. Nada mais justo que, através de um preceito constitucional, receberem eles pelo menos um salário mínimo, ajudando-se com isso, esses nossos irmãos que, involuntariamente, são privados de recursos para manter suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, cheguei ontem de uma pequena viagem por Minas Gerais e fiquei estarecido com o estado de conservação das estradas por onde passei. Tendo viajado de Belo Horizonte para Governador Valladares e, depois, de Governador Valladares para o Rio de Janeiro, pela Rio-Bahia, pude conhecer as condições, também precárias, da BR-101 e da estrada que liga São Paulo a Belo Horizonte.

Sr. Presidente, fiquei ontem um pouco entusiasmado quando ouvi o Ministro Afonso Camargo interessado em conseguir recursos para reformar as estradas deste País. Sr. Presidente, é um perigo mortal viajar-se pela Rio-Bahia nos dias de hoje: não há acostamento, a vegetação está muito alta e a visibilidade é horrível. Não sei, mas acho que as estradas construídas antes de 1964 não foram planejadas para o Brasil do futuro, ou as estradas construídas após 1964 foram levadas pelas construtoras, não tendo, evidentemente, as necessárias condições de durabilidade. O que se percebe é que o asfalto é muito baixinho, muito fininho, e qualquer chuva de meia hora o arranca, em muitas estradas construídas após 1964, porque antes de 1964 elas não possuíam realmente os requisitos técnicos que atendessem à previsão para o Brasil do futuro, que é o de hoje e será o de amanhã: um Brasil grande, gigante.

E por falar no Ministro Afonso Camargo, gostaria de chamar a atenção, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para o projeto do vale-transporte. Aqui, neste Congresso Nacional, existem dezenas de matérias envolvendo esse mesmo assunto. Dezenas de Deputados apresentaram projetos de lei criando subsídios para o transporte, para aqueles que ganham até três salários-mínimos. Não me lembro, nestes dois anos em que estou aqui, de ter ouvido alguma vez o Ministro Afonso Camargo se manifestar a respeito do assunto, embora muitos o tenham feito, inclusive este Deputado, que viajou por alguns Estados deste País, um País em busca de subsídios, de orientação e de informações para conseguirmos subsidiar o transporte de quem trabalha e ganha pouco. Tomara que este projeto não seja apenas mais um lance demagógico. Que ele realmente vingue; embora caro, é importante. Ao mesmo tempo, tomara que o Ministro Afonso Camargo e os outros desta Nova República entendam que muito mais importante do que se pagar para ficar à-toa é oferecer condições de trabalho ao trabalhador brasileiro. Fala-se hoje que vamos ter o salário-desemprego. Isto é, no mínimo, uma brincadeira, uma blasfêmia de quem o diz. O Brasil não tem condições de pagar salário-desemprego. O que o País precisa é conseguir trabalho

para quem está à-toa, porque se o trabalhador tem trabalho, mesmo que ele produza pouco, vai produzir muito mais do que irá receber. Consequentemente, o Governo deve imediatamente fazer um plano segundo o qual o País possa criar trabalho para alguns milhões de desempregados. Mas salário-desemprego para uma Nação que está endividada interna e externamente, com grandes dificuldades, com uma inflação altíssima, é mais uma das demagógicas histórias de algumas pessoas que pertencem a esta pseudo-Nova República, principalmente aqueles que estavam no Governo ontem e continuam hoje. Querem, através do “blá, blá, blá”, enganar os trabalhadores brasileiros. E estaremos atentos para que isso não ocorra.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, recordar é suavizar a memória. Não faz muito, em discurso que aqui pronunciamos, fizemos uma análise crítica da situação das greves em nosso País. Na oportunidade, não deixamos de estranhar a amplitude da liberalidade utilizada pelos líderes desses movimentos, uma das quais concernente ao desafio à decisão do Tribunal Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, que considerou legal a greve dos metalúrgicos do ABC.

De outro lado, comentamos com certo espanto as declarações atribuídas ao Ministro do Trabalho, que, depois de confessar-se preocupado com o elevado número de greves, concluiu com este desabafo: “Não há estrutura para manter o controle”.

A greve, Sr. Presidente, é um direito específico do trabalhador, para que pressione o patrão e obtenha a justa reivindicação salarial. Se ela se processa dentro do campo estritamente reivindicatório, não há nada que censurar, ou temer.

Ocorre que algumas greves de alto porte apenas nasceram timbradas de reivindicatórias para logo depois se transformarem em movimentos nitidamente ideológicos, manipulados por conhecidos agentes esquerdistas neles infiltrados.

Da forma em que os casos se alastravam, e tendo em vista o próprio desrespeito à decisão da grêgia Corte Trabalhista no Estado de São Paulo, sobre a qual caiu inexplicável silêncio do Governo daquele Estado, não tínhamos outra alternativa senão a de duvidar ou da convivência ou da complacência do Poder Público.

Graças a Deus, Sr. Presidente, que agora podemos visualizar a presença de uma ofuscada luz no fundo do túnel, a qual parece traduzir o primeiro sinal de “basta” aos excessos em que mergulharam certos movimentos grevistas em nosso País.

O insigne Gen. Ivan Mendes, Ministro-Chefe do SNI, durante sua estada em São Paulo, ontem, foi enfático na preocupação que transmitiu aos órgãos de divulgação: “O Governo tem dado uma demonstração de tolerância quanto às greves, porque há aspectos formais das leis que não estão sendo aplicadas integralmente. Esperamos que essa tolerância, enquanto estamos em fase de transição, seja compreendida e não abale os alicerces da Nova República”.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma advertência, que reputamos posta em circulação no momento adequado para ser entendida.

Com efeito, Sr. Presidente, o espírito de tolerância, por parte do Governo, nos casos que envolvam contingentes de homens de boa fé, como supomos serem os trabalhadores deste País, deve presidir, antes de tudo, qualquer ação excessiva no campo da repressão.

Mas também é preciso que o limite da tolerância não seja confundido com o dolo da omissão e que, com embasamento neste, se prevaleçam os agentes esquerdistas, para extrapolar as greves nos rumos da subversão da ordem, indo a extremos que a lei do senso jamais admitirá.

Que o estigma da infiltração esquerdista nos movimentos grevistas em alguns pontos do País é palpável e visível só os céticos ignoram. De outro modo, como se explicar a próxima visita de um renomado líder sindicalista brasileiro a Cuba, onde certamente prestará contas da sua atividade já no advento da Nova República?

Não é nosso propósito induzir o governo a resvalar para a violência e assim pôr termo aos movimentos gre-

vistas existentes ou que venham a eclodir no futuro. Convenhamos em que as greves são legais até o momento em que não sejam desvirtuadas para campos opostos aos fixados na lei.

Observa-se, no entanto, que já começa a aflorar o primeiro sintoma de preocupação no antes indiferente Palácio do Planalto. O SNI, duramente criticado e combatido no passado, mais uma vez atravessa o teste de capacidade dos seus dirigentes e, se não lhe compete adotar medidas que sufocem os abusos no nascedouro, o que não deixa de ser espantoso, pelo menos se empenha na pesquisa dos acontecimentos e fornece ao Governo os elementos essenciais para que aplique, se conveniente considerar, as medidas cabíveis.

De uma coisa estamos certos: os alicerces da Nova República, nesta fase de transição, não parecem tão seguros como alguns ingênuos imaginam. Se as greves permanecerem estáveis, com a agravante de outros somatários estimulados pelos carreiros da infiltração, não tenhamos dúvidas de que o processo de abertura política a que todos estamos propensos poderá sofrer, a qualquer momento, um surpreendente desvio de rota.

É possível que a simples evidência de estar atento o ilustre Ministro-Chefe do SNI, como porta-voz autorizado do Governo Federal, sirva de alerta aos instigadores das greves, levando-os a compreender que suas ações estão sob absoluto controle das autoridades centradas no tradicional anticorpo do comunismo neste País: o Serviço Nacional de Informações.

Reconheçamos, Sr. Presidente, nas declarações atribuídas ao Gen. Ivan de Souza Mendes, aquela filosofia explícita que, no dito popular, conhecemos como "ducha de água fria no caldeirão quente". Era exatamente isto que faltava para tranquilizar a Nação e fazê-la confiar na certeza de que seu destino não estava exposto à mercê da sorte.

Tolerância tem limite. Só nos resta saber se os fanáticos comprometidos com as esquerdas e infiltrados entre os pacíficos trabalhadores de nossa Pátria estão conscientes disso.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PFL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quando a Nação estava mergulhada no autoritarismo, nas trevas do obscurantismo, porque sem liberdade, vários vultos de destacaram dentre os advogados. Citá-los, no Rio de Janeiro, Jorge Tavares, Evaristo de Moraes Filho, Modesto Silveira, Osvaldo Mendonça, e o grand bônnetier e Sobral Pinto.

Mas uma figura sobressaía, Sr. Presidente, pela bravura e pelo empenho que colocava nas causas que defendia: o advogado Heleno Fragoso. Pois bem, Sr. Presidente, as letras jurídicas brasileiras estão de luto, porque faleceu Heleno Fragoso. Aquela figura simpática, jovem, que conquistava desde logo, na tribuna, pelo ardor, pela eloquência, faleceu com cinquenta e nove anos. Sei que, em todos os fóruns, em todos os Palácios de Justiça do País, se está comentando o quanto a Nação perdeu com o falecimento daquele grande professor, jurista e advogado exemplar. Ele deixou obras importantes, como advogado militante e escritor. Firmou-se no conceito internacional, como Vice-Presidente da Comissão Internacional de Justiça, em Genebra. Foi um ótimo professor, e seus alunos não de guardá-lo sempre na memória, porque, como professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Faculdade Cândido Mendes, suas aulas eram excelentes lições de Direito.

Sr. Presidente, a figura de Heleno Fragoso ficou, fixou-se no meio da mocidade, no seio da família, que sofreu aquele período negro da nossa História, e o seu nome há de ser sempre lembrado. No túmulo, o Prof. Laércio Pellegrino assim traçou o perfil de Heleno Fragoso:

"Perdemos não só um grande jurista mas advogado e professor exemplar, pois nem todo jurista consegue ser professor, e Fragoso foi um homem que conseguiu ser os três. Deixou uma grande obra, o livro "A Conduta Punível", tese que defendeu e que se tornou uma obra clássica".

Lamentamos o falecimento desta grande figura de jurista do nosso País e recordamos a sua passagem pela tribuna na defesa dos que não tinham liberdade, firmando conceitos de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Com a palavra o nobre Deputado Rubens Ardenghi.

O SR. RUBENS ARDENGHI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vive a agricultura do Sul do País, especialmente no Rio Grande do Sul e no Paraná, um dos momentos mais difíceis de sua História, especialmente para os sojicultores daquela região.

Sabe o Sr. Presidente que a soja é o principal produto da pauta das exportações brasileiras, e hoje, diante de uma manipulação da Bolsa de Chicago, e também por elevados custos de produção primária, os sojicultores vivem, como disse, o pior momento da sua história. Milhares e milhares de famílias deixam suas terras, para, através do êxodo rural, se deslocarem para as grandes cidades. E a soja, cotada na Bolsa de Chicago a preços inferiores ao custo de produção, traz aos agricultores brasileiros momentos de desespero, de angústia e de insatisfação.

Há três meses, alertei, desta tribuna, a S. Ex^a, o Senador Pedro Simon, para o fato de que eram necessárias, medidas urgentes, prementes naquela ocasião, para que não se criasse esta situação de penúria em que vivem os agricultores brasileiros do Sul do País. Infelizmente, não sei por que razão, por que motivos — talvez por desconhecer o problema — não levaram a sério a gravidade da situação quanto à soja. Talvez por não ter condições de solucionar o assunto, S. Ex^a, o Ministro da Agricultura, que era a esperança dos sojicultores, omitiu-se, ficou calado e quieto, mergulhado num silêncio sepulchral enquanto milhares, senão milhões de conterrâneos seus estão no desespero e sem o abrigo sequer da esperança do Governo.

Sugeri, naquela ocasião, que fosse fixado, em 31 de maio, o preço de 65 mil cruzeiros para a saca de soja, ou ainda IGFs sem juros, para que os agricultores pudessem pagar os escorchantes juros dos bancos privados e do Banco do Brasil, aqueles mesmos juros que já denunciei neste plenário, que se destinam a pagar as contas da Nova República, do apoio ao Governo que aí está.

Sugeri também ao Ministro Pedro Simon que retirasse, então, o ICM que incide sobre as exportações de soja, dando ao produto condições de competitividade no exterior.

O Ministro tem falado sobre tudo, tem viajado por este País — até de ônibus viaja — mas atitude nenhuma foi tomada. Estão vencendo os financiamentos, os agricultores estão no desespero. E o Sr. Ministro que é a última instância e que era arrogante nas críticas ao Governo passado — muitas delas absolutamente corretas e que tinham nosso endosso, o nosso aplauso, a nossa solidariedade — hoje, quando é última instância não deve esquecer-se jamais de que é Governo, de que é o responsável e deve dar a devida solução ao problema da soja. Sem postergação. S. Ex^a não pode ficar nesta posição olímpica de deixar que as coisas aconteçam e se solucionem por exaustão, por inação.

De maneira alguma, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, se pode continuar assim, uma vez que os agricultores — e são milhares, talvez até milhões — exigem uma definição de posição, uma palavra do Ministro da Agricultura, que está escondido no seu gabinete e não sai de uma posição olímpica. S. Ex^a fala sobre tudo: fala sobre seus planos, sobre as perspectivas de seu Ministério, fala da luta que está travando com o Ministro Dornelles para obtenção de recursos para a agricultura, mas se esquece de que o momento é presente e a solução deve ser dada já, não pode ser postergada.

Já citei as medidas que o Ministro Pedro Simon pode tomar. S. Ex^a não deve fugir a este compromisso, sob pena de ser responsabilizado como conivente com banqueiros. Por isso, faço este apelo, e o farei no dia de hoje, na condição de Líder do PDS, durante todo o meu plantão, para que S. Ex^a não faça ouvidos de mercador e ouça o apelo de seus conterrâneos do Sul do País, dos milhares de agricultores que estão na pobreza, na desesperança, no sofrimento e na dor, e dê a solução que estamos encaminhando neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o desenvolvimento econômico de uma nação é, antes de tudo, obra do espírito empreendedor das suas elites, embora não se possa, de modo algum, menosprezar a mão-de-obra primária, aquela que executa cada uma das tarefas operacionais, para a obtenção do produto final.

Assim, no Brasil, neste século, milhares de empresas se fundaram, produzindo o progresso industrial, intensificando as trocas mercantis, incrementando as exportações, transformando nossos recursos naturais, renováveis ou não, em manufaturas lançadas no comércio exterior, enquanto se intensificavam as concentrações urbanas, em torno dos parques fabris, formando mão-de-obra crescentemente qualificada.

Dentre as empresas pioneiras, que se instalaram no Brasil inicialmente para a industrialização do fumo — ampliando, depois, sua atividade econômica, para a produção de papel, celulose, sucros e alimentos — está a Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, fundada em 25 de abril de 1903 e abrangendo, hoje, doze empresas em três áreas básicas.

Seu fundador, o jovem português Albino Souza Cruz, montou sua primeira fábrica de cigarros na Rua Gonçalves Dias, uma das mais centrais do Rio de Janeiro e, em 1910, adquiriu a Fábrica de Rapé Paulo Cordeiro, na Tijuca, adaptando-a para o fabrico de cigarros.

Em 1914, adotando processos mais modernos de fabricação e absorvendo novas técnicas europeias, transformou o empreendimento em sociedade anônima, sendo o seu controle acionário adquirido pela empresa inglesa British American Tobacco.

Em 1918, ainda dependíamos da importação de fumo para o fabrico de cigarros, quando a Souza Cruz contratou técnicos estrangeiros para estudar as condições do solo brasileiro visando à implantação da lavoura fumageira, com assistência permanente aos plantadores. Hoje essa orientação técnica assegura a melhoria contínua da qualidade do fumo brasileiro, com grande aceitação internacional, principalmente o plantado no Paraná, em Santa Catarina, na Bahia, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.

Albino de Souza, presidente da empresa até 1962, regressou a Portugal, onde morreu em 1966, aos noventa e cinco anos.

Durante toda a sua vida, aquela empresa se transformou numa holding com ampla diversificação, reunindo cerca de dezoito mil funcionários, com uma enorme contribuição para os cofres da União, conquistando um posto de liderança no mercado internacional, com o Brasil na qualidade de segundo maior exportador mundial de fumo. O último renovo dessa frondosa árvore é a Bioplanta-tecnologia de Plantas Ltda., fundada em 1984, para comercializar sementes no País.

Queremos, mais uma vez, congratular-nos com a Souza Cruz, pelos seus notáveis empreendimentos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lélcio Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Liderança em exercício, no espaço regimental, responderá ao Deputado Rubens Ardenghi o discurso formulado sob o impacto da violenta emoção, já que S. Ex^a, como produtor rural, vive o drama que não é desconhecido nem de nós, nem do Governo nem tampouco do Ministro da Agricultura, que está, há muito tempo, debruçado sobre ele, estudando fórmulas e alternativas para o enfrentamento desta questão.

Nesta oportunidade, venho à tribuna para consignar o meu rigozijo pela decisão adotada pelo Ministro Waldir Pires, da Previdência e Assistência Social, a propósito da crise financeira da Previdência. Afirmou S. Ex^a que, para o enfrentamento desta crise, não admitirá o aumento de alíquota da contribuição e tampouco admitirá a redução dos benefícios. Saúdo estas duas iniciativas, porque elas

vêm ao encontro das aspirações gerais do universo de segurados, contribuintes e dependentes de segurados da Previdência Social. De fato, a propalada crise financeira que afeta o desempenho regular das atividades da Previdência Social em nosso País não poderá ser enfrentada com êxito apenas com a adoção de providências injustas, impróprias e todas elas incapazes de equacionar na íntegra as distorções realmente responsáveis por esse desequilíbrio. Sabe-se que, hoje, entre tantas causas, avulta a que decorre da recessão econômica, que, através da redução das atividades econômicas, em nosso País, provocou a queda de receita da Previdência Social, inclusive por causa da redução de empregados. A própria recuperação econômica — mudada a política econômica, como de fato irá ser mudada — encarregar-se-á de oferecer, gradativamente, oportunidade de recuperação financeira à Previdência, pela ampliação de sua receita. Por outro lado, medidas de natureza gerencial, corrigindo distorções existentes nessa área, também hão de contribuir para que o equilíbrio seja restabelecido. Dentre elas, é possível salientar as que estão sendo anunciadas, como a observância, por parte do Governo, a partir de agora, da sua obrigação de contribuir com 4% das despesas para o custeio dos serviços administrativos da Previdência Social; a eliminação de outras distorções gerenciais existentes no organismo complexo e emperrado da Previdência Social, e, bem assim, o combate sem tréguas às fraudes perpetradas contra os cofres previdenciários, até então não enfrentadas com eficácia.

Nessa manifestação ministerial, encontramos uma satisfação concreta dos compromissos assumidos pela Aliança Democrática, sob a égide da Nova República, para dar à Previdência Social uma direção mais consentânea com as aspirações populares.

Era esta a manifestação que me cabia fazer nesta oportunidade, não deixando passar em branco a manifestação ministerial que saudei. Não podemos mais reproduzir aqueles metodos que se tornaram rotineiros na República passada, especialmente quando os Ministros, por escassez de imaginação, por falta de criatividade para enfrentar o problema da ausência de recursos, ou se socorriam do aumento da alíquota das contribuições, ou anunciavam a redução de benefícios que já foram definitivamente incorporados ao patrimônio de direitos e garantias do trabalhador brasileiro. Estas são as minhas manifestações, saudando mais uma vez o Ministro Waldir Pires pela sã orientação que está imprimindo à gestão daquele Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Com a palavra o Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos vendo nos jornais de Brasília e nos meios de comunicação que o Governador José Aparecido já determinou a confecção da minuta de um decreto que proibirá o uso das áreas verdes da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos três Poderes para qualquer tipo de acampamento. Segundo o Governador José Aparecido, a idéia repercutiu muito bem no Congresso. Os Presidentes do Senado, José Fragelli, e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, telefonaram ao governador apoiando tal medida e considerando-a oportuna.

Ontem à noite, o governador José Aparecido foi ao Palácio do Planalto mostrar o decreto ao Presidente Sarney.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na praça pública, nos gramados, nos espaços físicos, onde o povo podia clamar aos representantes da Oposição por eleições diretas, muitas vezes o Presidente Ulysses Guimarães esteve, em cima desses tapetes verdes, embaixo dessas árvores frondosas plantadas com o dinheiro do povo. Os canteiros e os tapetes verdes — é bom que o Sr. José Aparecido saiba, já que é Governador "biônico" de Brasília — são conservados com o dinheiro do trabalhador brasileiro. Quando Tancredo Neves foi eleito Presidente da república pelo Colégio Eleitoral, o Sr. Ulysses Guimarães andou por cima dos tapetes verdes nos braços do povo. E, hoje, Srs. Congressistas, o Presidente do PMDB, o Presidente desta Casa, Sr. Ulysses Guimarães, por quem temos grande respeito, a esta altura dos acontecimentos

talvez esteja sofrendo de amnésia, de esquecimento, pois o clamor do povo, a dor popular, as esperanças frustradas, as transformações requeridas, enfim, tudo isso se está convertendo hoje em verdadeiro instrumento de repressão. Os líderes políticos, que ontem combatiam o regime autoritário, hoje vestem a capa verde-oliva do Regime. Este é um paradoxo, Sr. Presidente e nobres Srs. Senadores e Deputados.

Há pouco dizia o ilustre Líder do PMDB que as medidas rotineiras da administração passada não podem ser adotadas. É verdade. O que estamos vendo há sessenta dias, desde a posse do novo Presidente da República, é um verdadeiro muro das lamentações. Até parece que o PMDB e a Frente Liberal não sabiam que o Brasil já se constituía numa massa falida, que o País estava praticamente nas mãos de síndicos. Mas, como se isso não bastasse, o primeiro resultado dessa fobia da administração pública foi criar Ministério — o Ministério da Cultura, o Ministério de Assuntos Fundiários, o Ministério da Administração Pública, o Ministério de Ciências e Tecnologia — o que veio acarretar mais despesas ao Governo. Além disso, o Sr. Governador "biônico" de Brasília, José Aparecido, está sofrendo da mesma doença, pois já tem pronta a minuta desse decreto-lei. Vamos terminar com casuismo como este, que proibirá o uso das áreas verdes da Esplanada dos Ministérios.

Existe outro decreto-lei — vejam bem, Srs. Parlamentares — para se ver o trabalho da Secretaria da Indústria e do Comércio, Cultura, Trabalho e Comunicação, outro instrumento criando mais despesas ao Distrito Federal, ao bolso do povo. E, depois, em contrapartida, ouvem-se lamúrias nesta Casa, dizendo que o Brasil não tem condições de pagar o décimo-terceiro salário aos funcionários públicos, que não pode conferir aumento aos funcionários públicos na mesma proporção dos outros trabalhadores do País. Não sabemos o porque dessa diferenciação entre os funcionários públicos e os outros trabalhadores do Brasil: o trabalhador recebe o aumento no dia 1º de maio, o funcionário público, em julho. A defasagem do dinheiro de maio a julho é impressionante.

Vemos nos jornais que o Governo está fazendo isso, que tal Pasta está fazendo aquilo, Ministros desfilam pela imprensa, mas, em verdade, nada de concreto foi feito pela Nova República. Só temos tido decepções, como, hoje, vendo o Governador do Distrito Federal ameaçar os humildes trabalhadores que vêm reivindicar os seus direitos na praça pública, em frente à Casa do povo, do Congresso Nacional. Lamentavelmente, S. Exª não foi barrado na sua idéia. O Sr. Governador, que deveria, em primeiro lugar, dar assistência a esses trabalhadores, está simplesmente usando o nome dos Presidentes do Senado e da Câmara como instrumento para retirar as barracas da frente do Congresso. Temos certeza de que essas barracas só se levantarão à medida que for resolvida pelo Senado a questão do Sulbrasileiro.

Estaremos nas barracas junto aos companheiros do Rio Grande do Sul, nos tapetes que são do povo, os quais são ornamentados, cuidados e tratados com seu dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Deputado Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, logo no início deste período Legislativo, em março, fiz um pronunciamento da tribuna da Câmara dos Deputados, denunciando que o Banco Central do Brasil estava convivente com todos os escândalos financeiros — com todos — desde 1971; que a Nova República tinha o compromisso de sanear aquela instituição, sob pena de o Governo Federal não cumprir as promessas de mudança que havia assumido para com a população brasileira. Logo após esse discurso, o Presidente do Banco Central, Sr. Antônio Carlos Lemgruber, enviou-me um ofício em que cobrava os nomes das pessoas envolvidas em processo de corrupção no Banco Central. Calçado em documentação, respondi a esse ofício, pois realmente conheço todos os nomes das pessoas envolvidas no processo. Mostrei ao Sr. Antônio Carlos Lemgruber como chegar a esses nomes, citando os processos em vez dos nomes, por uma questão de ética. Dei chance a S. Exª e ao Sr.

Ministro da Fazenda no sentido de que, melhorando a imagem do Governo Federal, adotasse providências no sentido de dispensar essas pessoas. Eu alegava, na época, que muitas delas, na Nova República, foram promovidas. Algumas saíram de chefias de departamentos para a Direção do Banco Central. Não houve da parte do Presidente do Banco Central, Carlos Lemgruber, nem do Ministro da Fazenda, logo após essa resposta, nenhuma providência; mas, ontem, o Subprocurador da República, no Rio de Janeiro, ao pedir a remessa do processo da Coroa-Brasel ao Supremo Tribunal Federal — porque nele estão envolvidos, por corrupção, os Srs. Antônio Delfim Netto e Ernane Galvêas — enumerou alguns dos nomes que estão e estiveram no Banco Central envolvidos nesse processo.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, para reiterar essa denúncia, porque já me cansei de pedir audiência ao Senhor Presidente da República com esse objetivo. Na Presidência da República foi erguida uma verdadeira barreira sobretudo contra os Parlamentares do PMDB e contra aqueles comprometidos com as causas populares e com as mudanças, ao invés, evidentemente, daqueles que estão brigando apenas por cargos e por nomeações. Tenho dito e repetido que nesta Casa — que me perdoem os Srs. Parlamentares que não se enquadraram nessa categoria — são poucos os homens públicos, na definição verdadeira do termo, voltados para a causa pública, disponíveis para a luta do povo. Por esta razão, estou desencantado até mesmo com o trabalho Parlamentar, porque o Parlamento sequer deseja recobrar suas prerrogativas; está anestesiado, ficando na expectativa de que todas as iniciativas sejam do Presidente da República. Não é por outra razão que todos os projetos de autoria dos Parlamentares são jogados nas caixas de lixo quando as mensagens aqui chegam, atropelando todas as nossas iniciativas, como foi o caso desse emendão que se votou recentemente.

Gostaria, portanto, de, nesta oportunidade, reiterar a denúncia de que há no Banco Central, em cargos de direção, pessoas que se envolveram em todos os processos de corrupção ao longo dos últimos anos. Não estou disposto a acobertar isso. É acho que esta Casa não pode ser, Sr. Presidente, um ninho de apaniguadores de corruptos. Ou esta Casa assume, na verdade, essa postura de defesa dos interesses nacionais, ou vai terminar comprometendo-se também por convívio com todos esses atos de corrupção.

Ainda agora, está emergindo outro fato que pode comprometer a imagem da nossa Casa. Temos em mãos vasta documentação que comprova, por exemplo, um lobby dos estaleiros nacionais, que desejam anistia para os seus débitos, isto é, os estaleiros se envolveram em negociações, desviaram dinheiro, e agora querem que o povo pague as suas contas. Isto é um escândalo que não se pode admitir. É preciso que tomem providências, sobretudo os Parlamentares, que são representantes do povo.

Ainda outro escândalo está emergindo, repito, esse dos armadores nacionais, também endividados, que desviaram dinheiro para Suíça, fizeram depósitos em bancos estrangeiros e agora, com o lobby aqui dentro, querem a anistia dos seus débitos.

Sr. Presidente, se é para anistiar toda essa gente, vamos estender a anistia a Mário Garnero. Não é piada. Se vamos anistiar esses apaniguadores corruptos, que anistiamos todos, porque esta Casa já não terá mais por que ficar de cabeça erguida, não há como enfrentar lá fora um dos contribuintes do Erário. Esta Nova República, Sr. Presidente, não difere em coisa alguma do regime anterior, pelo contrário, a Nova República recusa-se a reconhecer os corruptos da República anterior, que continuam em postos-chave, sobretudo naqueles que lidam com o dinheiro da Nação.

Vou à tribuna, porque este período é muito curto, para dar todos os nomes. O Ministro da Fazenda, efetivamente, está a defender tudo quanto Delfim Netto defendeu, como o fez da tribuna desta Casa. E o PMDB se comprometeu agora a colocar como sua principal bandeira o que Delfim Netto propunha, que é um engodo. Portanto, o PMDB se desvestiu, mudou o discurso, repito, mudou a postura, já não se importa mais de conviver com corruptos. Então, Sr. Presidente, é preciso que ai-

guem assuma o papel de denunciar essa gente, porque, se é verdade que a Casa está disposta a ficar silenciosa ante esses graves fatos, nem todos os Parlamentares estão. Espero que os companheiros comprometidos com os interesses nacionais, que querem reavivar a luta do povo, venham à tribuna e denunciem esses fatos, porque não será liderança nem cúpula de partido que nos irá silenciar ante esses fatos graves, que comprometem a vida deste País e os interesses do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPICLY (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Passos Pôrto, Srs. Congressistas, venho hoje a esta tribuna para requerer às Mesas do Congresso Nacional que seja examinada a colocação, na pauta da Ordem do Dia, da Emenda nº 26, de 1984, que trata da eleição direta para prefeitos e Governadores de todos os municípios e Estados respectivamente, pelo processo de eleições em dois escrutínios. Trata-se de emenda que apresentei no primeiro trimestre de 1984. A razão deste requerimento, Sr. Presidente, às Mesas do Congresso Nacional se dá em virtude de já haver hoje no Congresso Nacional uma grande maioria a favor do processo de eleições em dois escrutínios. Poucos são os Parlamentares que se têm pronunciado contrariamente a esse procedimento, que é o mais democrático, já reconhecido inclusive por praticamente todas as Lideranças desta Casa, à exceção do nobre Deputado Gastone Righi, Líder do PTB. Mas lembramos que, muito embora o próprio Governador Leonel Brizola, do PDT, tenha dito, injustificadamente, que o processo de eleições direta em dois escrutínios para Presidente da República seja um "pacote de abril" da Nova República, é totalmente injustificável, na medida em que o Governador Leonel Brizola, primeiro, não observou que isso não foi baixado, por ato institucional, mas aprovado pela quase unanimidade do Congresso Nacional. Ademais, a maioria dos Parlamentares do PDT na Câmara dos Deputados tem-se pronunciado — e acredito que até no Senado — favoravelmente ao processo de eleição em dois escrutínios, por considerá-lo o mais democrático.

Esta solicitação, faço-a também em vista de estar a Comissão Interpartidária considerando o envio, para ambas as Casas do Congresso Nacional, do projeto da Comissão que regulamenta em dois escrutínios as eleições de 15 de novembro próximo, apenas para as Capitais e as cidades onde não se realizava eleição para Prefeito, como as Estâncias Hidrominerais e as Áreas de Segurança Nacional.

Ora, o importante será adotar uma medida consistente desde a eleição para a Presidência da República, para que todos os eleitos para postos executivos, Presidente, Governadores e Prefeitos, o sejam através do mesmo método de dois escrutínios. Que não haja o reconhecimento desse princípio como sendo o mais democrático apenas para Presidente da República e para as Capitais e as cidades cujas eleições serão realizadas neste ano. Que não haja também um procedimento como este agora aventado, de se ter eleição em dois escrutínios, apenas para os Municípios com mais de 500 mil habitantes, porque aí vamos ter um processo mais democrático para cidades maiores e menos democrático para cidades menores. Não há razão. Alguns podem argumentar que se torna um pouco mais caro o processo de eleições em dois escrutínios. O custo adicional, entretanto, não é de monta injustificável no aperfeiçoamento do procedimento democrático. Não é porque, mesmo que as eleições eventualmente custem caro, não podemos deixar de ter eleições. A democracia precisa pagar o preço para que se realizem.

Se, eventualmente, isso vai resultar em custos demasiados para os candidatos, precisamos salientar que o segundo escrutínio se faz muito próximo ao primeiro, e as despesas adicionais, inclusive de campanha, não serão de grande monta, principalmente porque toda a campanha já terá sido feita. Unicamente haverá a possibilidade de os dois mais votados, no caso de nenhum ter conseguido

a maioria absoluta no primeiro escrutínio, poderem realizar uma campanha adicional de esclarecimento junto à opinião pública, para a decisão final dos eleitores.

Quero também cobrar aqui, do ex-Presidente Jânio Quadros — hoje candidato importante na cidade de São Paulo — sua opinião. Ele se tem mantido em silêncio sobre assunto que é da maior importância para a cidade de São Paulo e no qual está envolvido. Aqui, a Liderança do seu partido está procurando torpedear os dois escrutínios. S. Ex^a entretanto, se tem calado. Por que razão? Estou certo de que a consciência democrática — se ele a tiver — do ex-Presidente Jânio Quadros terá necessariamente de ser a favor do sistema de dois escrutínios. Não se justifica, porém, o seu silêncio, enquanto Parlamentares favoráveis à sua candidatura aqui procuram ser contrários a esse processo, ainda que sem apresentarem argumentos convincentes para defender seus pontos de vista. E o Partido da Frente Liberal, que está dividido sobre o assunto, precisa também ser chamado a atenção, porque condizente com a posição liberal, obviamente, é o processo de eleição em dois escrutínios, por ser o mais democrático e o que permite maior liberdade e maior discernimento dos eleitores.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, o requerimento de V. Ex^a é no sentido de que se ponha em votação a Emenda Constitucional nº 26, de 1984. Essa emenda já esteve em plenário durante três sessões, e sua discussão já está encerrada. Ela está em fase de votação. Como ela há cerca de 104 outras propostas de emenda à Constituição aguardando a votação. Ela poderá vir ao plenário para votação se houver acordo de Lideranças. De modo que peço a V. Ex^a que, como Líder de um dos partidos políticos que integram a Câmara, entre em entendimento com as outras Lideranças, no sentido de que seja antecipada a sua colocação na Ordem do Dia para votação, visto que há cento e quatro propostas de emenda na mesma situação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tivemos, há alguns minutos, a palavra de um Deputado gaúcho, no horário de Breves Comunicações, para tecer acusações ao Ministro da Agricultura, Pedro Simon. Quer S. Ex^a, o Deputado Rubens Ardenghi, que o Ministro da Agricultura corrija todas as distorções que, nos vinte anos em que S. Ex^a foi poder, não conseguiu corrigir. E as acusações deixam de ser pertinentes e passam para o campo pessoal. Acusa o Deputado Ardenghi o Ministro da Agricultura de viver trancafiado no seu gabinete, para logo em seguida registrar que o Ministro está percorrendo o País de ônibus. Depois, revela sua antipatia pessoal pelo Ministro, quando o acusa de carrancudo. Seria melhor que o nobre Deputado desse mais um pouco de tempo, esperasse mais um pouco para ver que, na realidade, o seu conterrâneo Ministro tem sensibilidade para sentir e procurar dar as soluções que os agricultores do Brasil tanto esperam.

Em seguida, tivemos aqui a presença de outro gaúcho, o nobre Deputado Osvaldo Nascimento, do PDT, que ocupou a tribuna para fazer acusações ao Governador do Distrito Federal. Concordar ou discordar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, com a permanência ou não dessas barracas na Esplanada dos Ministérios, é um direito de cada um. Há os que concordam e os que discordam. Acho pessoalmente que, muito embora tirem a beleza da Esplanada dos Ministérios, elas, no momento, são necessárias. Daí a fazer acusações, como as aqui feitas ao Governador do Distrito Federal, vai uma diferença muito grande. S. Ex^a, o representante gaúcho, disparou uma metralhadora giratória e acusou a criação de Ministérios, alegando que se estavam criando novas despesas para a República que ora se instala, quando, na realidade, Sr. Presidente, o que houve foi apenas uma reacomodação administrativa do País, transformando em Ministérios as superestruturas existentes nos segundos escalões. E os Ministros, por seu turno, queixam-se de que, exatamente pela falta de recursos, não estão con-

seguindo estruturar os referidos e recém-criados Ministérios.

É lamentável, Sr. Presidente, que esses dois companheiros saiam do terreno eminentemente político e, da fiscalização administrativa para fazer acusações, que descem ao terreno pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recebemos do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de São Paulo projeto de lei no qual a entidade pleiteia a criação de novas modalidades de saque da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em favor do trabalhador avulso.

Assim, de acordo com a primeira dessas modalidades, faculta-se ao trabalhador avulso a possibilidade de sacar, mensalmente, 20% do total da conta vinculada, em ocorrendo escassez de trabalho, comprovada por documentação fornecida pelo sindicato de classe, uma vez que a flutuação periódica da demanda de trabalho sujeita o trabalhador a situações de extrema carência, levando-o a seus familiares a passar por sérias provações.

Por sua vez, a utilização da conta vinculada para atender à necessidade de subsistência própria ou familiar intenta possibilitar ao trabalhador avulso o saque parcelado de sua conta vinculada do FGTS, ao desligar-se da atividade e não conseguir novo emprego após 30 dias. Este item visa a sanar discriminação existente na lei, pois o trabalhador com vínculo empregatício, ao demitir-se, pode legalmente sacar parceladamente o seu FGTS, enquanto que para o trabalhador avulso não existe código para essa situação.

Na forma do item III proposto, assegura-se ao trabalhador avulso o direito de sacar o FGTS quando, desligando-se da qualidade de avulso, ingressar em empresa que o despedir, sem justa causa, e o seu saldo do período de avulso tenha sido transferido para a conta vinculada dessa empresa.

Por último, conforme o item IV, faculta-se ao trabalhador avulso movimentar sua conta vinculada do FGTS, quinzenalmente, se assim o desejar, desde que não tenha havido saques dentro do período de cada cinco anos, visto que qualquer trabalhador vinculado ao FGTS, por motivos diversos, sempre tem oportunidade de movimentar a sua conta, enquanto o trabalhador avulso, em virtude da rigidez da lei reguladora do FGTS, só poderá fazê-lo ao se aposentar, pois as demais situações que permitem saques — Códigos 15-A, 19-A e 20-A — são de improvável ocorrência.

Por entendermos que a proposta do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de São Paulo contém hipóteses perfeitamente válidas de movimentação da conta vinculada do trabalhador avulso, animamo-nos em trazê-las ao conhecimento e julgamento dos ilustres membros do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Com a palavra o Deputado Jorge Uequet, último orador inscrito para o período de Breves Comunicações.

O SR. JORGE UEQUET (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários desta Casa, a Câmara aprovou por maioria de votos, ou melhor, por unanimidade, o projeto de lei que estatiza o Sulbrasilero. Houve algumas críticas iniciais por parte de alguns Parlamentares, de alguns setores da economia e da grande imprensa, que nunca conseguiram chegar ao cerne e à responsabilidade do problema. Hoje, vendo a realidade brasileira no setor financeiro, comprova-se que a Câmara agiu com realismo e com a respeitabilidade necessária, enfrentando os grandes lobbies, que tinham outros interesses. Esse realismo vai à antevista de uma falência total do sistema financeiro, se ocorrer a quebra de outros estabelecimentos bancários. A crise deixada pela corrupção da República Velha, pela incompetência, pelo malbaratamento dos recursos públicos, pela falta de respeito com os interesses coletivos praticados pela Velha República, deixou-nos uma herança maldita. Mas a deci-

são dos homens do Rio Grande do Sul foi tão firme, e a posição da Câmara foi tão cheia de patriotismo e de respeito nacional que ela aprovou o substitutivo que resolve os problemas da nossa economia.

Hoje, quando os problemas se agravam em outros setores bancários do País, não se ouve a voz dos lobbyistas nacionais a protestar. Todos sabem da gravidade da situação. O que havia, na verdade, era uma perseguição ao Rio Grande do Sul; o que havia, na verdade, era uma tentativa de acobertar a corrupção do Banco Central, pois o caso Sulbrasileiro-Habitasul se deve mais à corrupção no Banco Central do que a qualquer outro setor econômico.

O substitutivo está no Senado da República, e os lobbies dos grandes captadores de poupança nacional querem pressionar o Senado e o Governo para que vetem as conquistas da Câmara, entre elas a estabilidade para os trabalhadores, a participação dos trabalhadores na gestão das novas empresas, a fiscalização dessas empresas através dos trabalhadores, a estatização permanente e os três créditos imobiliários. No campo dos três créditos imobiliários, que os conglomerados financeiros querem que se vote, para que o Rio Grande não tenha crédito imobiliário, algo em torno de 2 trilhões e 100 bilhões de depósitos de poupança passou gratuitamente para outros membros do Sistema Financeiro, através da tentativa do Banco Central e do Banco Nacional da Habitação. Esta tentativa nada custa aos conglomerados, que agora têm medo de um banco forte no Sul, com três empresas no Sistema Financeiro de Habitação, e que terá o respeito da comunidade gaúcha, porque talvez esse banco, apesar do lobby das empresas nacionais, possa carrear toda esta poupança, que é da economia do Sul. Não acredito que o Senado se curve ao lobby das grandes empresas conglomeradas da poupança, nem que o Presidente da República se vá submeter a dados falsos que estão sendo veiculados por órgãos do próprio Ministério da Fazenda. O Governo recebeu a herança da corrupção do Governo passado — que maculou todos que com ele conviveram — corrupção que se alastrava e que campeava na Nação e que a Nova República está ainda limpando, sem conseguir ter a força necessária para livrar-se de tudo quanto envergonhou o Brasil. Pois a aprovação do projeto na Câmara dos Deputados, por unanimidade, contra o protesto de apenas seis parlamentares, dos 479 Deputados, está no Senado Federal. E não acredito que o Senado Federal vá mutilar o trabalho de competência, de respeitabilidade patriótica, honesto, da Câmara dos Deputados. Não creio que o lobby das grandes empresas que querem continuar com as economias do Sul nos seus depósitos, para aplicá-las nos grandes centros, possa financiar-se; e não acredito que o Presidente da República vá sucumbir diante desta pressão. Vemos que os editoriais da grande imprensa não mais falam sobre o salvamento de setores importantes da economia paulista; para evitar a quebra do Banco Auxiliar e do COMIND. É preciso muita seriedade, e os grandes editoriais têm de se ater a que a Nação pensa, examina, guarda, cobra e quer respeito. E que os lobbies dos grandes anunciadores não estão acima dos maiores interesses nacionais.

O Sr. Rubens Ardenghi — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concederei, antes, a palavra ao Deputado Samir Achôa, que fará uma brevíssima comunicação. Também já o Deputado Celso Barros, como Líder do PFL, havia solicitado o horário da Liderança. Depois de ouvi-los, darei a palavra a V. Ex.^a

Tem a palavra o Deputado Samir Achôa.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou encaminhando ao digníssimo Ministro da Previdência Social gravíssima denúncia a respeito de irregularidades existentes no último concurso para fiscal do IAPAS, assinada pelos interessados. Espero que o Ministro determine a suspensão da segunda prova, para que as fraudes sejam apuradas.

A denúncia tem o seguinte teor:

Exm^o Sr.

DD. Ministro da Previdência e Assistência Social.

Candidatos ao Concurso para Fiscal do IAPAS, cujas inscrições foram realizadas no Governo Anterior, já, desde o princípio tiveram desconfianças quanto à lisura de sua realização, pois, ostensivamente, no curso particular — Degrau Cultural, que anteriormente se apresentava como associado ao Cesgranrio, a quem cabia a elaboração das provas.

Aliás, os jornais de São Paulo, já divulgavam a irregularidade, tanto é que todos os inscritos receberam prospectos e propagandas do Curso Degrau, que obtiveram os endereços juntos a Cesgranrio.

Realizado o concurso, as irregularidades foram surgindo mais evidentes, sobretudo no que concerne a prova de Contabilidade:

1) Primeiramente, porque, enquanto em alguns locais respeitando o Edital, não foi permitido o uso de máquina calculadora, em outros locais, estranhamente permitiram.

A prova de Contabilidade além de extensa e complexa, continha questões que envolviam cálculos aprofundados e não havia no exemplar da prova, papel para elaboração dos referidos cálculos.

Porém, o que se tornou ainda mais grave e insustentável, a tornar a prova nula, é o fato de que quebrando o sigilo e fugindo a todas as normas que constituem regra no concurso público, numerosas questões são reproduções literais de questões idênticas (até nos valores) contidas no livro *Exercícios de Contabilidade Resolvidos*, do Autor Paulo Cesar Werneck da Rocha.

Inclusive a nós parece que o atual governo, na defesa da moralidade e possivelmente desconfiado da lisura deste concurso, às vésperas da realização da prova, baixou a portaria 354, do Dasp publicada no Diário Oficial de 6 de maio determinando a suspensão de delegações de competência para a realização de concursos Públicos.

Por mais irrelevante que possa parecer o fato de surgirem mais de 1.400 inscrições após o encerramento dos trabalhos, é motivo suficiente para uma eventual anulação do concurso e conseqüentemente apurar as responsabilidades desse ato.

Por tais motivos, os concursandos pretendem apresentar uma exposição ao atual Ministro da Previdência, Dr. Waldir Pires esperando que S. Ex.^a, conhecendo tais fatos determine a anulação da prova não permitindo que se consagre mais uma, dentre as inúmeras irregularidades que foram praticadas no regime do arbítrio do Governo anterior, que no mínimo rotulou de legalidade muitos dos Atos ilegais, então praticados.

Os concursandos estão certos de que S. Ex.^a (o Ministro Waldir Pires), além de determinar a anulação da prova determinará a apuração da responsabilidade daqueles que não tomaram conhecimento de que na Nova República não são admissíveis práticas contrárias a Lei e a moral e que princípio contido na Constituição de que todos são iguais e que a todos é assegurada igualdade de oportunidade, não é uma Letra Morta, é princípio para valer de verdade.

São Paulo, 20 de maio de 1985.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Tem a palavra o Deputado Celso Barros, como Líder do PFL.

O SR. CELSO BARROS (PFL — PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desde que aqui cheguei, tornei-me um admirador do nobre Deputado Elquisson Soares. A combatividade, independência e coragem de S. Ex.^a fazem dele um dos mais respeitáveis parlamentares. Não obstante isso, nem sempre somos levados a concordar com suas palavras. Muitas vezes, suas invectivas saem dos limites normais, para evidenciar aqueles arruinhos naturais que, muitas vezes, inspiram os homens idealistas. Ele é um idealista da Bahia, a terra das grandes tradições de idealismo.

Acho perfeitamente corretas suas observações quanto à necessidade de se processarem aqueles que praticaram atos ilícitos na área do Banco Central. Temos o dever de denunciar neste plenário as mazelas e as omissões ali perpetradas para darem como resultado essa onda de corrupção de que ainda não nos livramos. Os seus efeitos são deletérios, danosos, parecem mesmo difíceis de serem extirpados. Sabe-se muito bem que não depende simplesmente do Ministro da Fazenda, do Diretor do Banco Central e de nós, Parlamentares, a iniciativa dos processos criminais em que essas pessoas corruptas e corruptoras foram envolvidas e em que os omissos se acumpliciaram. Daí porque temos de ressaltar, dentro da legislação atual, a responsabilidade daqueles que não podem agir diretamente para iniciarem um processo. Na sistemática processual, essa iniciativa cabe ao Ministério Público, é a ele que o nobre Deputado se deve dirigir para cobrar iniciativas tendentes ao início de um processo em que porventura estejam envolvidos os apontados como agentes de corrupção. Quero ater-me apenas a uma parte do discurso do nobre Deputado em que S. Ex.^a diz que o Ministro Francisco Dornelles veio a esta tribuna apenas e simplesmente para repetir o que aqui já fora dito pelo ex-Ministro do Planejamento, Delfim Netto. Nobre Deputado, *modus in rebus*. Não vamos nem tanto ao mar, nem tanto à terra. V. Ex.^a que a linguagem de Francisco Dornelles é diferente da linguagem de Delfim Netto. Os modos de argumentar não se combinam, as posições políticas são divergentes. Mas o que é comum na forma de discutir de cada um deles é o objeto da discussão, o qual não pode, absolutamente, fazer com que um divirja do outro ou se dissocie inteiramente daqueles princípios inerentes à própria formação da economia brasileira.

Estamos ligados a princípios capitalistas, a princípios econômicos, a leis e teorias econômicas controversas, é certo, mas que estão aplicados às nossas conveniências nacionais. O Ministro da Fazenda não poderia, absolutamente, vir a esta tribuna defender doutrinas e teorias economicamente dissociadas das que vigiram e vigem no País e que constituem uma tradição da própria economia nacional, ligada aos princípios do capitalismo, pois são esses mesmos princípios que sustentam as bases da nossa economia. Se o Ministro da Fazenda se afastasse da linha desses princípios, escolas ou processos econômicos, estaria falando para os anjos, estaria usando uma linguagem por certo utópica e teórica, não-acessível à compreensão do País, que é ligada a interesses econômicos arraigados na própria sociedade brasileira, são princípios de ontem, são princípios de hoje e serão os princípios de amanhã.

Precisamos dar um passo seguro para nos afastarmos daquelas correntes que nos ligam ao liberalismo econômico, ao *laissez-faire*, ao *laissez-passer*, que constituem a norma de conduta do Governo da nova e da velha república. Não podemos, absolutamente, cindir o passado e o presente, procurando implantar, de um momento para o outro, uma nova teoria econômica, subordinando-a a novos processos para conduzir a economia e o próprio comportamento do Ministro da Fazenda. Mas se V. Ex.^a, nobre Deputado, examinar o conteúdo das palavras do Ministro da Fazenda, haverá de concluir que S. Ex.^a deu um passo à frente, que está examinando teses que, embora presas a princípios econômicos tradicionais e clássicos, trazem, de certa forma, uma roupagem nova, para mostrar que realmente estamos no dealbar de uma nova República, o que não dispensa os nossos compromissos com a velha, porque são compromissos estruturais. Não podemos romper uma estrutura de um momento para o outro para implantar um processo novo, desvinculado inteiramente dos compromissos do que é velho.

Ouç o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — De início, V. Ex.^a mencionou as irregularidades que foram denunciadas no âmbito do Banco Central, com respeito às autoridades monetárias. O ex-Procurador-Geral da República, José Arnaldo da Fonseca, mostrou, num trabalho seríssimo, metódico, imparcial, diante das pressões, mais fortes exercidas sobre ele nos últimos tempos — um trabalho que deve ter o respeito de toda a Nação — a verdade

sobre o caso Coroa—Brastel. Mostra tal trabalho também o quão irregularmente os Ministros da área econômica, no Governo passado, esbanjaram cerca de 2 bilhões de cruzeiros só para contar inverdades no livroeto. "A verdade sobre o caso Coroa—Brastel". Esperamos que o Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence — de acordo, aliás, com as suas palavras durante a sua posse — complete o trabalho imparcial do Dr. José Arnaldo da Fonseca. Caberá a ele, junto ao Supremo Tribunal Federal, confirmar as denúncias relativas aos ex-Ministros da Fazenda e do Planejamento. O que notamos na exposição do Ministro Francisco Dornelles foi certo cuidado, por não querer ferir sensibilidades, não querer apresentar uma crítica direta a respeito ao quadro que encontrou, em função de, no governo anterior, na verdade, ter sido uma pessoa de confiança desses Ministros. Mas, nobre Deputado Celso Barros, o que esperamos do Governo da Nova República é que, junto à Justiça, possa o seu Procurador-Geral tomar a dura decisão de ser imparcial, porém correto, com respeito ao grave momento de decisão que irá para as suas mãos nos próximos dias.

O SR. CELSO BARROS — Nobre Deputado, V. Exª referiu-se ao livroeto sobre a Coroa-Brastel. Eu diria, lembrando aquela parêmia latina, *habent sua fata libelli*, que este livro tem o seu destino, e é precisamente revelar que o seu conteúdo não é verdadeiro, porque quis realmente camuflar a verdade, tangenciá-la. Isso importa em que ele terá o seu destino, que é precisamente o esquecimento. Mas esse não é o fato mais importante. O fato mais importante é que me parece deva ser evidenciado no momento é precisamente aquele de que um processo, para ter início na Justiça em relação aos crimes de ordem pública — e o crime aqui denunciado é de ordem pública — deverá ter previamente o acolhimento do órgão competente — a Promotoria Pública. E é justamente esta que deve ser agilizada, para que, então, possamos chegar àquela meta que é o processo, porque, antes do processo e antes da decisão judicial, não se pode rogar a pessoa nenhuma a responsabilidade. Só mediante uma apuração imparcial e correta, em que se assegure ao acusado plena e ampla defesa, podemos tachar uma pessoa de desonesta ou acusá-la da prática de um ilícito. Isso não está apenas no conhecimento de hoje. Está no art. 12 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, pois um dos mais importantes direitos do homem, porque de configuração pessoal, é precisamente aquele que exige o respeito individual, a inviolabilidade moral da pessoa humana, que não pode ficar ao sabor de diatribes, ao sabor da linguagem destravada ou destemperada daqueles que muitas vezes acusam com a facilidade com que falamos em nossa intimidade. Então, não poderemos absolutamente acoiar de desonesto, indigno ou ladrão nenhum indivíduo, embora os indícios possam revelá-lo, senão depois de apurado normalmente através de processo em que se lhe tenha assegurado ampla defesa. Este é o princípio universal e inspirado no princípio da respeitabilidade e da dignidade da pessoa humana, que é intangível na sua essência, na sua natureza.

Dá por que, nobre Deputado, não podemos absolutamente increpar indivíduos de desonestos e de ladrões apenas pelo fato de terem participado de um Ministério ou de um Governo, porque não é a participação num Ministério ou num Governo que vai dar o toque de respeitabilidade à prática de um determinado ato. É necessário que tudo seja apurado. Estou de pleno acordo com o Deputado Elquisson Soares, quando exige, com a veemência das suas palavras e com a firmeza das suas posições, que as pessoas envolvidas sejam responsabilizadas, mas, enquanto o processo não tiver o seu termo normal e enquanto o juiz não proferir uma decisão irrecorrível, não poderemos absolutamente increpar ou acoiar ninguém de ladrão ou de desonesto.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Rubens Ardenghi.

O Sr. Elquisson Soares — Sr. Presidente, fui citado nominalmente. Pediria a V. Exª que me permitisse...

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — V. Exª não foi citado. O Deputado Celso Barros respondeu ao discurso de V. Exª.

O Sr. Elquisson Soares — Ao contrário. Fui citado nominalmente, e o Deputado me fez a acusação de que eu teria acusado alguém sem prova.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — S. Exª não fez acusações a V. Exª. V. Exª fez um discurso. S. Exª respondeu ao seu discurso. Não houve citação nominal. V. Exª poderá falar, então, como Líder do PMDB. Concederei a palavra a V. Exª, pela Liderança do PMDB, mas, antes, gostaria de dar a palavra ao Líder que solicitou inscrição anteriormente, o nobre Deputado Rubens Ardenghi.

O SR. RUBENS ARDENGHI (PDS — RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, confesso que, na qualidade de homem de fronteira, da região meridional do Sul do País, estou acostumado aos debates e aos embates políticos, quando as posições são bem claras e definidas, quando o homem público tem por hábito deixar de lado as questões pessoais para definir-se politicamente, assumindo esta ou aquela posição. E, surpreendentemente, nos últimos dias, o Congresso Nacional me tem proporcionado conhecimentos no relacionamento com Deputados e Senadores outrora combativos, aguerridos e posicionados em defesa dos seus ideais.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ultimamente, aqui, no Congresso Nacional, eu me pergunto: quem assume a posição de Governo neste Congresso? Infelizmente, não sei como responder a essa pergunta que faço a mim mesmo, porque esses outrora aguerridos e combativos Parlamentares do PMDB e do PFL chegam à tribuna hoje para, numa atitude de protelação, lavar as mãos e não assumir as suas responsabilidades. Não sei quem é Governo nesta Casa. Quando trazemos assuntos da maior relevância a este plenário, ouço, infelizmente, na voz da ex-Oposição, considerações sobre a cor da minha gravata, sobre minhas emoções, mas, em nenhum momento, considerações quanto a solução dos problemas de que urge livrar a Nação brasileira. Não ouço ninguém dizer que o Governo vai fazer isto ou aquilo. Há lamúrias, histórias aqui são contadas, acusações são feitas à Velha República, e, pessoalmente, não vejo nenhuma diferença entre os homens que hoje estão na Nova República e os da Velha República. Talvez seja exatamente este o problema, talvez isso leve a identificar a solução exata dos problemas nacionais. Aí está, na Nova República, o Dr. Miranda, o homem da área bancária, do Banco Central, hoje promovido a Vice-Presidente desse Banco. Um conterrâneo, eminente Parlamentar, preocupado com a situação do Sul brasileiro, no Senado Federal esquece que a última instância é o Presidente da República, ex-Presidente do PDS, não eu, porque fui um dos organizadores da chapa "Participação", que queria a renovação do Diretório Nacional do PDS. E a última instância é o Presidente da República, correligionário, hoje, desse Parlamentar.

Trouxe a este plenário um problema urgente, que aflige milhões de agricultores gaúchos, paranaenses e goianos, que estão na miséria, no sofrimento, no desespero, e recebi uma resposta do eminente Deputado Lélcio Souza, a quem vou conceder brevemente o aparte e por quem tenho o maior respeito e a maior consideração. O Deputado Lélcio de Souza dizia que o Deputado Rubens Ardenghi estava emocionado. Sou um produtor, rural, represento a produção primária, principalmente o minifúndio, o pequeno produtor rural, hoje margeando as grandes cidades rio-grandenses, em sofrimento, em desespero, à procura de um abrigo. Lamentavelmente, ouço dos parlamentares da Oposição, sobre o meu comportamento, considerações e análises que, evidentemente, não interessam em instante algum aos pequenos produtores do Rio Grande. O que quero é a solução dos problemas dos agricultores do Rio Grande, do Pará, de Goiás e de Mato Grosso, e não análises sobre a minha pessoa.

Disse que o outrora aguerrido Senador Pedro Simon era arrogante em suas manifestações contra o Governo passado. Sinto-me à vontade para falar, porque combati

o Ministro Stábile, a política do Ministro Delfim Netto e do Ministro Galvêas, que eram incompetentes, irresponsáveis, e levaram à pobreza a agricultura rio-grandense. Então, tenho autoridade moral para cobrar do Senador Pedro Simon soluções imediatas, não conversas, nem lembranças sobre o Governo passado. O que quero são soluções urgentes. E o Ministro não pode omitir-se. Tem de cumprir o seu compromisso com o povo brasileiro, porque hoje S. Exª não é Ministro de uma facção apenas, o PMDB, mas, da Nação brasileira.

Concedo o aparte ao Deputado Lélcio Souza.

O Sr. Lélcio Souza — Nobre Deputado Rubens Ardenghi, tive oportunidade de conviver com V. Exª na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e conheço bem o seu estilo de atuar. V. Exª é apaixonado quando defende uma causa, muito embora às vezes — com todo o respeito — a causa defendida por V. Exª não seja justa ou merecedora da minha concordância.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Não é esta uma causa justa, Deputado?

O Sr. Lélcio Souza — V. Exª faz acusações ao Governo e ao Ministro.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Seria a causa dos agricultores, que defendo, injusta? Gostaria de ouvir a sua resposta.

O Sr. Lélcio Souza — V. Exª levanta outra pergunta. Permita-me, porém, responder à anterior. A acusação que V. Exª faz ao Governo e ao Ministro Pedro Simon não é justa. A defesa que faz V. Exª dos interesses da produção primária no Rio Grande do Sul, está é justa, e nós também a estamos fazendo; não é privilégio de V. Exª.

O SR. RUBENS ARDENGHI — E a solução que aponto? É justa, ou não?

O Sr. Lélcio Souza — Nobre Deputado, permita-me prosseguir o meu aparte.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Quero conversar com V. Exª.

O Sr. Lélcio Souza — Também sou homem de diálogo, mas V. Exª está a cortar as minhas frases.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Estou a ouvir V. Exª.

O Sr. Lélcio Souza — O que é inadmissível, nobre Deputado, é que V. Exª desconheça os esforços que vêm sendo empreendidos para que seja enfrentada a situação...

O SR. RUBENS ARDENGHI — Quais?

O Sr. Lélcio Souza — ... e passe a cobrar do Governo uma resposta imediata, como se o Governo estivesse alheio ao trato da questão. Ontem à noite, ainda como corolário de uma série de providências, tais como viagens a vários pontos do País, onde existem problemas decorrentes da impossibilidade da comercialização da soja, realizou-se uma reunião no Gabinete do Ministro, com a presença de cinquenta lideranças de sindicatos ou associações de produtores, inclusive do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, tratando exatamente desse problema, que é crucial. Os pleitos dos produtores foram acolhidos pelo Ministério. Há pleitos cuja solução independe do Ministro, mas serão também patrocinados por ele, junto com os produtores, perante a área financeira do Governo. Estão sendo encaminhados as soluções.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Podemos conversar, Deputado?

O Sr. Lélcio Souza — Estou conversando.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Vamos dialogar, para chegarmos a um entendimento. V. Exª diz que o Ministro está viajando. V. Exª tem conhecimento, por exemplo, de que o Ministro Pedro Simon ainda sequer escolheu seu delegado pessoal para o Ministério da Agricultura no Rio Grande do Sul?

O Sr. Lélío Souza — Isso não impede o funcionamento da Delegacia, que está funcionando hoje com um delegado interino.

O SR. RUBENS ARDENGHI — E as informações que possam chegar ao Ministro?

O Sr. Lélío Souza — Esse não é um fator prejudicial para o encontro de uma solução para a crise da comercialização da soja.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Quais as medidas que o Ministro tomou até agora?

O Sr. Lélío Souza — Elas serão adotadas. Ontem, a reunião contou com a presença do Ministro.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Já faz sessenta dias que ...

O Sr. Lélío Souza — Este Governo não tem noventa dias. Os problemas que existem na área decorrem fundamentalmente de uma política agrícola errada, que ...

O SR. RUBENS ARDENGHI — Mas precisamos de soluções imediatas.

O Sr. Lélío Souza — ... precisa ser refeita desde sua montagem estrutural, para ajustar-se aos interesses nacionais. Esse trabalho não poderá ser operado num prazo recorde de menos de noventa dias. O Ministro vai agenciar uma série de providências. Primeiro temos o pleito dos produtores no sentido de estender o prazo da correção monetária dos preços mínimos até o momento em que as condições ...

O SR. RUBENS ARDENGHI — Mas V. Ex^a está a par dos preços mínimos. Eles são insatisfatórios.

O Sr. Lélío Souza — ... de comercialização sejam promissoras. Esta é uma das reivindicações dos produtores, mas ela é da área financeira, e o Ministro Pedro Simon está indo à área financeira para cobrar esta medida do Governo. Segundo: a elevação do teto de financiamento dos PGFs, hoje fixados em 60%.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Nada está resolvido, Deputado Lélío Souza.

O Sr. Lélío Souza — Mas é o pleito dos produtores.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Não é, Deputado Lélío Souza. V. Ex^a não está familiarizado com o problema dos agricultores e quer defender o Ministro da Agricultura.

O Sr. Lélío Souza — V. Ex^a está respondendo a uma comissão de mais de cinquenta participantes.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Não é verdade, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Peço ao nobre apartando que só use da palavra quando o orador lhe der assentimento.

O Sr. Lélío Souza — Mas S. Ex^a está-me concedendo o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Quero advertir o nobre orador de que a nossa sessão de Congresso se encerrará às 13 horas, porque, em seguida, começará a sessão da Câmara dos Deputados. Peço a V. Ex^a que, se possível, conclua o seu pronunciamento, porque ainda terei de conceder a palavra à Liderança do PMDB — que dispôs de tempo menor — ao Deputado Elquisson Soares, para que S. Ex^a faça uma manifestação. Insisto no sentido de que V. Ex^a não conceda mais apartes e que conclua o discurso.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Vou concluir, Sr. Presidente. Tenho pelo Deputado Lélío Souza o maior respeito.

O Sr. Lélío Souza — V. Ex^a não me deixou concluir o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A palavra é do orador.

O SR. RUBENS ARDENGHI — V. Ex^a já teve seu tempo. Estou concluindo o discurso. V. Ex^a, Deputado

Lélío Souza, merece o meu maior respeito, pelo seu valor e pela sua combatividade. Agora, Deputado, a sua ansia de defender o Ministro Pedro Simon não o obriga a trazer informações que não são as mais verdadeiras nem as mais corretas.

O Sr. Lélío Souza — O Senador Pedro Simon está sendo elogiado pelas classes produtoras do nosso Estado.

O SR. RUBENS ARDENGHI — Não. Está sendo manipulado. Sou um representante da produção primária do Rio Grande do Sul, convivo com os agricultores, estive em reuniões nos fins de semana com os pequenos produtores, com os sindicatos de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul. Os sindicatos, hoje, não podem manifestar-se livremente, porque a opinião pública brasileira está sendo manipulada. O Senador Pedro Simon não está atendendo às reivindicações dos produtores. A nossa voz não se vai calar. V. Ex^a está dizendo isso porque não tem conhecimento da realidade dos produtores de soja. V. Ex^a e da região sul, onde prolifera a orizicultura; lá não existem minifundiários em situação desesperadora ante o Banco do Brasil, o Unibanco, o Itaú e o Bradesco. E vão ser colocadas máquinas na frente das respectivas agências. É preciso que o Senador e Ministro Pedro Simon atenda aos reclamos dos agricultores, sob pena de falência total da sua obra. E não será através da imprensa, onde ele fala sozinho, que se encontrarão as soluções realmente satisfatórias.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Deputado Elquisson Soares para proceder à reclamação que deseja fazer. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ELQUISSON SOARES (PMDB — BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, uma das razões que têm apequenado o Congresso Nacional é a pressa com que as Lideranças governamentais refutam, da tribuna, as acusações feitas ao Governo ou a membros do Governo no plenário desta Casa. O Deputado Celso Barros é uma figura brilhante, um homem preparado, mas não tem, na verdade, a mesma independência que eu em relação a este fato — diga-se de passagem — porque serviu ao Governo anterior, e eu não. Não tenho compromisso algum com a Velha República e estou até relutante em assumi-los com a Nova República, pelas razões já aqui expostas.

O jornal *O Globo*, edição de hoje, traz a denúncia do Procurador da República, Arnaldo da Fonseca, que cita várias pessoas que passaram pelo Banco Central e estão envolvidas em processos de corrupção. E eu disse que o Banco Central do Brasil foi conivente, por incompetência ou por interesse, com todos os processos de corrupção que se verificaram no País; com todos, sem exceção.

O Globo de hoje traz alguns dos nomes apontados na denúncia do Subprocurador. Aqui está:

“Integram também a lista de acusados seis dirigentes do Banco Central do Brasil e o ex-Presidente Carlos Geraldo Langoni; o ex-Diretor de Mercado de Capitais, Hermann Wagner Wey; da Área Bancária, Antônio Chagas Meireles; o Chefe do Departamento de Fiscalização, Deli Borges; o Chefe de Operações Bancárias, Wálber José Xavantes.”

Disse no meu discurso — não só no de hoje, mas também nos anteriores — que algumas dessas pessoas envolvidas foram promovidas. Quero dar o nome de uma, para não parecer que simplesmente cito fatos, sem apontar os culpados. No ofício que mandei ao Presidente do Banco Central, em resposta aos documentos que S. S^e me enviou, disse isto, dando-lhe todos os fatos, e S. Ex^a não adotou nenhuma providência: o Diretor do Banco Central, Iran Siqueira Lima, que foi promovido, está envolvido neste processo tanto quanto os outros. No entanto, nenhuma providência foi adotada até hoje. Esta Nova República promove pessoas que estavam envolvidas nos escândalos da Velha República. É contra isso que me insurjo.

Não disse bem o Deputado Celso Barros quando afirmou que a denúncia pública não compete, na verdade, a

esta Casa ou a um cidadão qualquer. Pelo contrário. Existe a figura da representação que esta Casa pode fazer ao Ministério Público, para que este denuncie. A Casa é que não quer fazer, ficando, portanto, conivente.

Concluo, dizendo que, além da barreira hoje existente na Presidência da República, que não concede audiências — sobretudo aos Deputados do PMDB que não estão comprometidos com esses escândalos — existem esses fatos que a Nova República tem o dever de apurar, porque quem ocupa cargos de confiança pode ser posta para fora a qualquer instante.

De modo que estou exigindo o saneamento do Banco Central, pois, do contrário, o PMDB, pelo menos, não poderá fazer a defesa da Nova República, visto que ao longo de 21 anos denunciou todos esses fatos, toda essa corrupção, todas essas falcaturas que se verificaram no País.

Espero que o Sr. Presidente da República, que pelo menos formalmente é filiado ao PMDB, adote as providências cabíveis e urgentes quanto a essas denúncias que estão sendo feitas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio Neto, como Líder do PMDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO PRONUNCIANDO DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1984, que acrescenta parágrafo ao art. 163 da Constituição Federal.

O Sr. Djalma Falcão — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Tem a palavra o nobre Deputado Djalma Falcão, para uma questão de ordem.

O SR. DJALMA FALCÃO (PMDB — AL. Sem revisão do Orador.) — Sr. Presidente, devo pedir o encerramento da sessão, por falta de número, de acordo com o Regimento, mas não sei se há ainda um Regimento disciplinando os trabalhos desta Casa.

Há um período de trinta minutos para breves comunicações, e depois disso as lideranças dos partidos políticos dispõem também de trinta minutos, em qualquer fase da sessão do Congresso Nacional.

Se levássemos em conta que apenas os líderes de três partidos falaram na sessão de hoje e somarmos esse tempo aos trinta minutos das breves comunicações, teríamos gasto uma hora e meia nesta sessão. Todavia, ela iniciou-se às 11 horas e já perdura há mais de três horas, gastas em breves comunicações, nesse pingue-pongue entre as lideranças de três partidos políticos da Câmara dos Deputados.

Como já estamos entrando no período da sessão ordinária da Câmara, dispensar-me-ei de maiores argumentos, mas na próxima sessão do Congresso Nacional terei oportunidade de falar a respeito do assunto que apenas iniciei agora. Quero somente dizer a V. Ex^a e à Casa que me mantenho na disposição de obstruir as sessões do Congresso Nacional, e faço-o, Sr. Presidente, com o alto sentido de escoimar o nome do Congresso Nacional de críticas e da desconfiança da opinião pública nacional.

De sorte que, por não ter tempo agora, porque, repito, já estamos no período da sessão ordinária, vou apenas pedir a V. Ex^a que encerre a sessão por falta de número, prometendo que, na próxima sessão do Congresso Nacional, me inscreverei no Pequeno Expediente, para continuar as presentes considerações.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Gostaria apenas de dizer a V. Ex^a e à Casa que esta Presidência costuma sempre ser liberal na concessão da palavra aos Srs. Parlamentares, porque, realmente, pelo Regimento, só 30 minutos são destinados às breves comunicações. Atendendo ao Parlamentar, sobretudo ao Deputado que não tem oportunidade, na Câmara dos Deputados, de

dar o seu recado, de fazer a sua comunicação ao seu País, ao seu povo, ao seu Estado, estendemos o período de breves comunicações por mais tempo, tendo em vista que, muitas vezes, a matéria deixa de ser discutida aqui por falta de número e a sessão é encerrada. Mas poderemos cumprir o Regimento a partir de agora, só conce-

dendo então, 30 minutos para breves comunicações. A Presidência, gostaria apenas de comunicar nos termos do § 3º art. 51 da Constituição Federal, o Projeto de Lei nº 3, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do Trabalho o crédito especial de 17 milhões de cruzeiros, para o fim que especifica, deverá ser incluído em Ordem

do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, uma vez que não houve deliberação sobre a matéria no prazo estabelecido no § 2º do citado dispositivo constitucional.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 10 minutos.)

Ata da 110ª Sessão Conjunta, em 21 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL.

Rondônia

Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Benedito Walfrido Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curio — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José

Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PFL; Amarel Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Celso Peça-

nha — PFL; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Dario Tavares — PMDB; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Bete Mendes — PT; Celso Amaral — PTB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldino Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Italo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo Neves — PDT; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Santinho Furtado — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Senadores e 261 Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a Sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, na semana passada, desta tribuna, pedi ao Presidente Sarney para escolher, na comunidade negra, o futuro Ministro da Cultura.

Hoje trago à consideração dos Srs. Congressistas o nome da socióloga, radialista, conferencista e professora da Faculdade Gama Filho, do Rio, a educadora Helena Teodoro, estudiosa da etnia brasileira, que, em recente conferência nesta Casa expôs, com clareza, as bases da nossa cultura e os problemas atinentes.

É sem dúvida um nome para a consideração do Sr. Presidente Sarney, e seria a participação efetiva do negro brasileiro no processo democrático da Nova República.

A professora Helena Teodoro é ornada com as qualidades exigidas na Nova República; — honradez, eficiência e dedicação.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Como Líder, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Senadores e Srs. Deputados: ontem, segunda-feira, dia 20 de maio de 1985, tive a oportunidade de encaminhar, desta tribuna, um pedido de informações ao Sr. Ministro da Educação sobre um grave e inusitado caso que se desenvolve, neste momento, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E tanto mais grave se apresenta quando ouvimos do Sr. Presidente da República a afirmação de que as greves devem ser toleradas desde que não infrinjam as leis em vigor.

As universidades federais autárquicas têm feito greves anuais desde fins de 1980 e o Governo do Presidente Figueiredo sempre teve a tolerância de resolver o problema sem perseguir ninguém.

Por isso, torna-se fato de caráter negavelmente inédito a atitude de autoridades daquela Universidade no sentido de punir um docente que não fez greve. É isso mesmo, Sr. Presidente, o inimaginável está acontecendo. Não concordando com a greve naquela instituição, entre maio e agosto de 1984, um docente de pós-graduação continuou dando aulas. Em 18 de julho, o Ministério do Trabalho declarou o movimento ilegal a pedido da Srª Ministra e esta mandou cortar o pagamento dos servidores. O docente em causa prontamente dirigiu-se à sua Faculdade para protocolar comunicação de que não estava nem estivera em greve. Não pôde assim proceder por estar o Serviço de Comunicações fechado. Foi, então, ao protocolo da Reitoria, na Ilha do Fundão e lá verificou ocorrer o mesmo. Resolveu, em vista disso, escrever ao Reitor por meio de A.R., em 20 de julho, dizendo que não queria ser prejudicado. O Reitor não lhe deu resposta. Como último recurso, telefonou ao gabinete da Srª Ministra e ouviu da Srª 9 Chefe que devia representar a respeito, com todos os detalhes. Assim o fez no dia seguinte, 26 de julho, em que continuava toda a Universidade paralisada. No dia 30, a Chefe de Gabinete telegrafou-lhe tranquilizando-o quanto ao pagamento de seu salário.

Mas o pior veio depois. Sua Representação foi remetida à Universidade, após terminada a greve, sem ser apurada. O Conselho Universitário desagrovou as autoridades que foram objeto da Representação e ainda remeteu o processo à faculdade do docente para ser instaurado contra ele processo administrativo disciplinar.

Tomando conhecimento do absurdo, o docente escreveu carta ao Reitor esclarecendo todo o episódio. Em 20 de março deste ano, o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, solicitou ao Sr. Ministro da Educação a requisição desse servidor para prestar à Câmara serviços de assessoria técnica. Sabendo do fato, as autoridades universitárias publicaram em 4 de abril uma portaria de instalação de uma Comissão de Inquérito para punir o servidor. Em 2 de maio, o Ministro Marco Maciel despachou favoravelmente o pedido do Deputado Ulysses Guimarães e remeteu o processo a U.F.R.J., onde chegou no dia 9 de maio. Neste mesmo dia, enviou-se ao docente uma citação para defender-se das acusações do processo, inclusive constituindo advogado.

São esses os fatos, Sr. Presidente, e com eles se delinea, pois, a democracia universitária que se quer praticar na Nova República: perseguição àqueles que não dobram à ação política de quebra da autoridade constituída. Agravam-se, com isso, a lei, as autoridades constituídas, a Câmara dos Deputados e, principalmente, um cidadão que busca afirmar-se como um homem livre.

O pedido de informações tem o seguinte conteúdo:

"REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Senhor Presidente:

Solicito encaminhar urgentemente ao Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, em razão de greve havida na jurisdição do Ministério da Educação, o pedido de informações adiante especificado, de acordo com o D.L. 200/67, art. 28, inciso II, e art. 130 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, § 2º, alínea b.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1985. — **Raul Bernardo.**"

"Senhor Ministro de Estado da Educação:

O deputado federal abaixo assinado solicita a V. Exª resposta às seguintes questões decorrentes de flagrante perseguição administrativa a docente da UFRJ, que não aderiu à greve das Universidades federais entre maio e agosto de 1984.

a) Se, no período de maio a agosto de 1984, a Universidade Federal do Rio de Janeiro esteve paralisada por força de greve de seus funcionários e professores;

b) Se a greve foi declarada ilegal pelo Sr. Ministro do Trabalho, a partir de pedido formal da Srª Ministra Esther de Figueiredo Ferraz e quando;

c) Se, após a decretação da ilegalidade do movimento, chegaram ao Ministério da Educação e Cultura representações diretas ou outras reclamações contra o Reitor da Universidade ou outras autoridades universitárias, inclusive o Diretor de sua Faculdade de Letras; e se constam tal greve e as anteriores, ocorridas anualmente, desde 1980, de um Livro Branco de Greves organizado pela Srª Chefe de Gabinete de então;

d) Se, entre essas representações, estava a do Processo 016283/84 — MEC, originária de petição assinada por José Ariel Castro, em 26 de julho de 1984 e remetida ao Gabinete através da nota de encomenda postal SERCA — ECT nº 211631;

e) Se esta representação denunciava a paralisação dos servidores de protocolo da Reitoria da Universidade e da Faculdade de Letras, além de outras irregularidades;

f) Se foram apuradas, a nível do Ministério da Educação e Cultura, as irregularidades apontadas;

g) Se a citada representação foi remetida, após a greve, à Universidade, em que grau de apuração das irregularidades e por quê;

h) Se o processo, a nível da UFRJ, foi sustado pelo Conselho Universitário e impedido de retornar ao Ministério para apuração das denúncias;

i) Se o autor dessas denúncias está respondendo a processo administrativo disciplinar sob a alegação da autoridade instauradora do mesmo de terem sido elas feitas diretamente, apesar do fato público e notório da paralisação administrativa da instituição naquele período;

j) Se alguém pode ter reconhecido, no Brasil, curso de pós-graduação realizado no exterior, sem ter antes dele sido diplomado em curso de graduação de qualquer espécie, nacional ou estrangeiro;

l) Finalmente, o que está fazendo o Ministério da Educação, dentro das prerrogativas de supervisão garantidas ao Sr. Ministro pelo art. 19 e seguintes do D.L. 200/67, para coibir a violência e abuso de poder contra funcionário leal às instituições administrativas?

Justificação

Há forte suspeita de que autoridades da Universidade Federal do Rio de Janeiro querem calar a voz de um docente que sempre através dos serviços de comunicação universitários, rebelou-se contra os movimentos grevistas anualmente dirigidos por grupos de ação política, cujo propósito tem sido a quebra da autoridade na jurisdição do MEC.

A Constituição garante o direito de petição administrativa, não fazendo restrição quanto ao conteúdo do que se questiona. A greve no Serviço Público é proibida por lei, não se admitindo que o MEC ignore a violência inaudita de se querer punir um servidor que se rebelou, em petição assinada, contra uma paralisação declarada, antes, ilegal pelo Sr. Ministro do Trabalho. Se não havia protocolo funcionando, não podia ser obrigado a, só depois de acabada a greve, dar entrada em sua petição. O protocolo, para ele, passou a ser, legalmente, o Gabinete da Srª Ministra.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1985. — **Raul Bernardo.**"

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a cidade canadense de Toronto sediará, a partir de 7 de agosto vindouro, a I Olimpíada Mundial de Veteranos, certame que acolherá representações de quase todos os países. O Brasil também estará presente através de uma delegação que, esperamos, venha a se destacar nas diferentes modalidades em que irá competir.

Na prova internacional de pedestrianismo nosso único representante e o atleta Mário Pasquelli, de 70 anos, da

cidade de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro. Ele irá disputar os 800, 1.500 e 5.000 metros, com largas possibilidades de êxito, eis que, já havendo participado dos campeonatos sul-americanos na Argentina e Chile, logrou os 1º e 2º lugares, respectivamente. Em 1982 conquistou medalha na Maratona de Nova Iorque, enfrentando 16 mil concorrentes. Em 1984 obteve o segundo lugar numa prova de 1.500 metros e terceiro lugar noutra, de 5.000 metros, no II Campeonato Sul-Americano realizado em São Paulo.

Mário Pasquinelli é um admirável exemplo às novas gerações, aos moços dos nossos dias, e que lamentavelmente se descuidam da prática dos esportes, de vital importância para a saúde e a longevidade.

Infelizmente o Poder Público, em nosso País, não tem dado ao atletismo e ao esporte amador o merecido apoio. Pasquinelli vai ao Canadá representar o Brasil sem a mínima ajuda do Conselho Nacional de Desportos, que naturalmente existe apenas para cabide de empregos e outras mordomias indecorosas. As despesas do veterano corredor são custeadas pela comunidade e entidade de Barra Mansa.

Na farândula dos bilhões das loterias o pedestrianismo em nosso País está mesmo a pé.

Propaga-se tanto por aí as verbas que a Loto, Loteria Esportiva e Loteria Federal estariam destinando aos esportes. Na prática, contudo, o que temos assistido é o Brasil, com população de 130 milhões de habitantes, país de dimensões continentais, não conquistar lugar de relevo nas competições olímpicas por exclusiva culpa da indiferença dos governos pelo esporte amador.

E as láureas que já conseguimos foram casos isolados, graças ao denodo de algumas equipes e ao valor de excepcionais atletas. Falta-nos planejamento e recursos financeiros para que possamos elevar os níveis técnicos das nossas delegações, a fim de lhes dar competitividade perante as representações de outros países.

Na eugenia de uma raça o esporte é de transcendental importância, a par de seus positivos efeitos psicológicos no ser humano.

Nossas esperanças são as de que agora, sob o advento da Nova República, se implante uma mentalidade mais arejada nos altos escalões do Poder, e que o Brasil ainda venha a brilhar intensamente nas competições olímpicas, para oferecer eloquente atestado da pujança física e mental de seu povo.

Matéria prima para isso nós temos de sobra. Falta apenas incentivo.

Mário Pasquinelli é um exemplo do que afirmamos.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Galil.

O SR. EDUARDO GALIL (PDS — RJ) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao tomar conhecimento das acusações formuladas pelo Subprocurador José Arnaldo da Fonseca, o Ex-Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento Delfim Netto fez as seguintes declarações:

“A proposta de requerimento do subprocurador suscitando questão de competência não pode ser transformada em peça condenatória, expondo-se à execração o nome de um cidadão pelo simples fato de haver exercido a administração pública.

O requerimento é acompanhado de peça acusatória na qual se condena, a priori, perante a opinião pública, a ação do administrador para merecer a pecha de corrupto, promovendo-se a sua desonra? Constitui corrupção a tentativa de salvar uma instituição financeira ameaçada de colapso?

Como se comportarão os futuros subprocuradores da república ao avaliarem a recente destinação de dois trilhões de cruzeiros determinada pela administração da Nova República para contornar a emergência que viveram duas instituições financeiras paulistas na semana passada? Pode-se inserir desta ação a incidência de corrupção?

A acusação é absurda. E a forma como foi dada a divulgação é lamentável já tendo produzido o mal esperado.

A prática da fiscalização dos atos dos administradores públicos não pode se transformar em veí-

culo de ultraje à honra e à decência das pessoas, sob pena de se tornar inadmissível a coisa pública.”

São estas, Sr. Presidente, as palavras do ex-Ministro Delfim Netto, que faço constar dos Anais do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nestes momentos em que se instaura a Nova República, catalizando a atenção e as esperanças de toda uma Nação, nesta hora de mudanças que encham de regozijo 130 milhões de corações brasileiros, ocupo esta tribuna, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para me congratular com os Srs., com a Nação e também com o Banco do Brasil S/A por uma mudança já efetivada.

Ela diz respeito à investidura no cargo de Diretor de Crédito Rural daquele Banco do nosso colega, Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Permitam-me, Srs. Membros desta Casa, traçar um incompleto quadro da figura e do caráter de S. Ex.^a Mineiro de Juiz de Fora, Sebastião Rodrigues Júnior desde a juventude começou a destacar-se em suas lides de trabalho. Ingressou no Banco do Brasil S/A, onde começou sua carreira bancária. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro — RJ. Membro desta Casa nas Legislativas de 1975 a 1979, é reeleito para os períodos de 1979 a 1983 e de 1983 a 1987, tendo recebido expressiva votação. Assumindo a gerência do Banco do Brasil S/A em Pato Branco — PR, ali permaneceu de 1967 a 1970. Deputado à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na legislatura de 1971 a 1975, aí despontou por suas qualidades de liderança, culminando com a sua eleição para a Liderança do MDB, naquela Casa. Membro efetivo da Comissão da Constituição e Justiça e suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural em 1975; membro da CPI/Multinacionais; Presidente da CPI/Defesa do Consumidor; Vice-Líder do MDB em 1978, membro da CPI destinada a investigar as causas das elevadas taxas de juros nos diversos setores do Sistema Financeiro Nacional em 1980 e 1981; em 1982 é membro da Comissão de Defesa do Consumidor; membro da Comissão de Relações Exteriores e suplente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio no período de 1979 a 1983; em 1983 foi Vice-Líder do PMDB, nesta Casa.

Conhecendo seu passado de lutas em prol da legalidade, da honestidade, do direito, e em defesa dos verdadeiros valores morais, temos a certeza de que este novo desafio será por ele vencido com a mesma garra, o mesmo desvelo, a mesma tenacidade e capacidade de trabalho.

Perdemos nós, privados que ficaremos da companhia e colaboração preciosas de S. Ex.^a Mas ganha a Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A, que o terá como seu Diretor, o Banco do Brasil S/A, que terá nele o colaborador zeloso, probo e capaz que já provou ser, quando de sua passagem por aquela instituição, na qualidade de seu funcionário.

E, finalmente, ganha o Brasil, através dos milhares de mutuários que poderão contar e se beneficiar com a experiência, capacidade, interesse e honradez daquele que, em 10 anos de vida parlamentar nesta Casa, sempre atuou em favor dos direitos e interesses de seus representados e dos mais lícitos interesses da Nação.

Em meu nome, Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, e, quero crer, em nome de todos os que tiveram o privilégio de gozar de sua companhia, testemunhar seu alto grau de patriotismo durante sua estada nesta Casa, desejo-lhe o maior sucesso na nova jornada que o aguarda.

Todos somos unânimes em afirmar que V. Ex.^a é merecedor desse galardão. Que Deus o ilumine e acompanhe. Deputado e amigo Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT — SP) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, reiteramos aqui o apelo e a exigência que fizemos em sessão da Câmara dos Deputados, para que o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e o Diretor da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, Sr. Laumar Vasconcelos, alterem suas atitudes com relação aos funcionários do Correio que fizeram greve no Rio de Janeiro e em São Paulo. E o façam em que ponto, Sr. Presidente? Exatamente para que não imitem o procedimento adotado pela maioria dos empresários, que radicalizam o movimento através do processo intimidatório das demissões de natureza política.

Já está havendo dezenas e dezenas de demissões, com as quais se busca intimidar os funcionários do Rio de Janeiro, que, inclusive, voltaram ao trabalho com a promessa vazia de que não haveria demissões, o que não está sendo cumprido.

No caso de São Paulo, uma Comissão de Funcionários esteve aqui em Brasília para tentar uma negociação com o Presidente da Empresa, mas S. S.^a reafirmou que o Sr. Ministro das Comunicações se reserva o direito de despedir a liderança do movimento. E as demissões começaram a acontecer em São Paulo ontem. Queremos afirmar que essa atitude de intransigência cria o impasse, porque existe em São Paulo uma grande quantidade de operadores e carteiros que não voltam ao trabalho com a política de demissões. E não é fácil para a empresa recuperar, a curto prazo, uma mão-de-obra qualificada e contratar, como está tentando fazer, através de anúncio em jornais, carteiros e operadores, pois estes não terão condições de desenvolver suas funções em menos de seis meses de treinamento.

É tarefa, hoje, do Ministério das Comunicações, da Diretoria-Geral da Empresa de Correios e Telégrafos, rever as demissões como condição para que a greve saia da situação em que está. É claro que há toda uma política no sentido de colocar a responsabilidade do movimento apenas sobre os trabalhadores, acusando-os de intransigentes e radicais. Até se levanta a velha cantilena, o velho fantasma muito usado pela ditadura militar de infiltrações, de provocações etc. Deixa-se de analisar as causas reais desse movimento e, mais do que isso, assume-se uma posição intransigente, evidentemente com a tática da Nova República. Antes, havia a intervenção no sindicato e a prisão de seus líderes. Agora, a escalada de demissões de natureza eminentemente política.

Fazemos um apelo ao Sr. Ministro das Comunicações, repito, no sentido de que mude essa política e reveja as demissões já verificadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, como condição para que os Correios voltem à normalidade, principalmente em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Horácio Ortiz.

O SR. HORÁCIO ORTIZ (PMDB — SP) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sexta-feira passada assistimos, nas cidades de Casa Branca e São José do Rio Pardo, a uma magnífica festa, da qual participou toda a população daquela região, pela reativação do ramal ferroviário Casa Branca-Guaxupé, trecho importantíssimo que, com seus 42 quilômetros, serve a cerca de vinte Municípios daquela Região, que estavam desservidos daquela ferrovia devido a uma interrupção ocorrida em 1977, por ocasião de uma grande enchente. Dito ramal faz a ligação da linha-tronco da ex-Mogiana com São Sebastião do Paraíso, no ramal de Passos, que teve o tráfego interrompido há cerca de oito anos, quando fortes chuvas assolaram a Região. Além dos danos causados ao longo da linha por quedas de barreiras e feitos de erosão, houve também rompimento das pontes sobre o rio Fartura e sobre o córrego Macaúbas, ambos em São José do Rio Pardo. Deste modo, tornou-se necessário que parte do tráfego desse trecho passasse a ser realizado via São Sebastião do Paraíso.

Quando assumimos a Secretaria dos Transportes de São Paulo, no início de 83, fizemos uma vistoria nesse trecho ferroviário, que pertence à FEPASA, firma sob a administração da Secretaria dos Transportes de São Paulo, e avaliamos que a reativação desses 42 quilômetros de ferrovia, ao preço de hoje, — custando quase um milhão de dólares o quilômetro — corresponderia praticamente a 42 milhões de dólares, ou a 200 bilhões de cruzeiros, poderia ser feita de forma rápida, econômica,

através da colaboração com os Srs. Prefeitos dos Municípios. A nossa idéia teve êxito, e os ilustres Prefeitos de Casa Branca, Itubi, São José do Rio Pardo e Guaxupé fizeram um convênio com a FEPASA e o Governo do Estado de São Paulo, em que aqueles Municípios forneceram mão-de-obra para limpeza dessa estrada, abandonada há mais de 8 anos. Nós, o Governo do Estado, e a FEPASA, através da sua parte técnica, recompusemos os dormentes e as linhas. Foi um espetáculo magnífico, em que o Sr. Governador Montoro reativou aquele trecho de aproximadamente 42 Km. As estações magníficas e antigas, de São José do Rio Pardo e de Casa Branca, foram totalmente pintadas e renovadas por aqueles Prefeitos.

Ficam aqui, Sr. Presidente, os meus cumprimentos, os meus parabéns aos Prefeitos daquela Região e também àquela população toda e ao Sr. Governador, pela recuperação desse trecho de ferrovia daquela zona.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares, como Líder do PMDB.

A SR. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Congressistas, reclama o nobre Deputado José Genoino de demissões ocorridas na área do Ministério das Comunicações — Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, de lideranças do movimento grevista.

Na Nova República, Sr. Presidente, os papéis devem ser assumidos com responsabilidade. Há lideranças nesse movimento de greves dos carteiros que, de fato, não tiveram a postura de verdadeiros e autênticos líderes, pois por mais de duas semanas anunciaram que havia uma pauta de quarenta reivindicações, pauta nunca realmente discutida, seja em assembleia, seja apresentada para qualquer organismo governamental, para que se pudesse examinar a sua viabilidade e concretização.

Entretanto, Sr. Presidente, também não é possível admitir-se a demissão de líderes grevistas. É uma atitude arbitrária que não tem sentido e, no entanto, cabe muito bem no figurino de Antônio Carlos Magalhães, Ministro das Comunicações. Sim, o Sr. Antônio Carlos Magalhães tem uma longa tradição de autoritarismo e arbitrariedade. Repetir este modelo de autoritarismo e arbitrariedade, exercendo um Ministério da Nova República, na realidade enfraquece os postulados daqueles que assumem o Governo com responsabilidade, para enfrentar o gravíssimo problema social e econômico que este País vive, não nos cabendo a responsabilidade pelas suas origens, mas agora pela sua gestão.

De maneira que se, de um lado, entendo que o papel de determinadas lideranças sindicais nesta greve dos carteiros foi de pouca responsabilidade, entendo, por outro, que essas demissões não têm sentido político.

Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Congressistas, o Congresso Nacional viveu momentos significativos com a vinda ao plenário da Câmara dos Deputados do Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Há muitos pontos sobre que refletir no pronunciamento de S. Ex.^a, porém o destaque mais importante de seu longo discurso talvez tenha sido o próprio fato de fazê-lo, porque, na verdade, o Ministro Dornelles levantou muitas dúvidas e deixou mais inquietações que certezas. Registre-se, como avanço significativo, que, pela primeira vez em muitos anos, não se fala dos salários como o vilões da inflação brasileira, responsáveis maiores pela inquietante explosão dos preços. A espiral inflacionária, definiu o Ministro, é consequência preponderante do financiamento do déficit de Caixa do Governo, através da emissão de moeda.

Mas nem por isso o diagnóstico da economia brasileira, traçado pelo Ministro da Fazenda, foi menos incompleto.

Ao apontar o déficit público como razão principal da inflação brasileira, o Ministro por certo não pretendeu desencadear uma polêmica ideológica sobre a presença do Estado na economia, menos ainda alimentar um furor desestabilizante que leve ao absurdo de imaginar que é hora de fechar as estatais. Afinal, longe das paixões que envolvem o debate sobre a estatização e desestatização, pode-se ver, com clareza, que mais importante que discutir a questão teórica da presença do Estado na economia é examinar a atuação econômica concreta do Governo nos últimos anos, com todos os seus recortes de desacer-

tos de escândalos, e com a absoluta perda de controle da máquina do Estado por parte da sociedade.

Queremos crer que o Ministro Dornelles nem pretendeu oferecer munição para esta abordagem equivocada da questão. Até porque faltou no discurso de S. Ex.^a uma caracterização melhor do déficit público brasileiro, com *exame mais acurado das peculiaridades que o tem marcado ao longo da História nacional e, mais ainda, das singularidades que o cercaram nos últimos anos.*

No Brasil, de fato, não se pode desconhecer, sequer minimizar o papel preponderante do Estado na movimentação do capitalismo e na criação de mercados numa economia onde o Governo foi sempre o fator inicial de grandes transformações econômicas e ponto de partida do próprio funcionamento da economia. O que seria hoje da indústria brasileira sem o esforço estatal de implantação de uma siderurgia nacional ainda nos anos 50? Ademais, o déficit público, como o temos hoje quantificado, se deve em boa parte a que o próprio Governo chamou a si problemas financeiros enfrentados pelo setor privado. Nem me refiro aos escândalos criminosos das Capemis, Coroa-Brastel ou dos Sulbrasilianos, mas ao mecanismo institucionalizado para proteger o setor privado de riscos inerentes à atividade econômica. Foi assim, e é assim, com a resolução 432, que permite o internamento de dólares no Banco Central e que deixou a salvaguarda das maxidesvalorizações e, por conta e risco do próprio Governo, os dólares de grandes tomadores de empréstimos, sobretudo multinacionais. No ardor do debate sobre a estatização e sobre o déficit, não se fala hoje de quanto deste déficit foi representado por favores ao setor privado: por subsídios diretos a exportadores ou produtores rurais, ou pela generosidade criminosa que sustentou um pronto-socorro financeiro de empresários incompetentes ou desonestos. Não há como nos esquivarmos das causas externas da inflação, a deixar de lado as altas taxas dos juros externos, as taxas cambiais flexíveis, e passar ao largo de questões vitais como a remessa de lucros ou o pagamento de royalties. Vivemos o paradoxo de que o maior devedor do mundo é também o maior País exportador líquido de capitais, na verdade seu mais importante artigo de exportação. É preciso que nos detenhamos nos reflexos claros e profundos que estes fatores provocam na inflação brasileira, para emitirmos um comprometedor cheque em branco para o capital estrangeiro. Questionamos a ênfase exportadora do modelo econômico brasileiro, acossado pela necessidade de gerar dólares a qualquer custo, e seus reflexos na inflação.

Não entendemos correta a defesa de ajustes na carga tributária contra o contribuinte brasileiro e a preconizada redução dos impostos para os produtos de exportações. Isto equivaleria ao contribuinte brasileiro financiar o consumidor estrangeiro na compra cada vez mais barata dos nossos produtos. Ao mesmo momento em que propõe uma revisão nos subsídios da conta do trigo, sugerem-se mais generosos subsídios aos exportadores. Não se pode desconhecer as causas externas da inflação brasileira. O Governo anterior jogou sobre o setor externo todas as responsabilidades pelo descalabro econômico brasileiro, e neste momento não se pode deixar de aprofundar o caráter financeiro do déficit público brasileiro. Se é sobretudo financeiro, esse déficit público não será eliminado, sequer contido, com cortes de despesas. Todos os pequenos ganhos obtidos sacrificadamente com a redução de despesas, necessárias como instrumento moralizador, todos esses pequenos ganhos serão largamente anulados por qualquer diferença para mais nas taxas de juros ou de correção monetária. Se não aprofundarmos no diagnóstico da inflação e do Déficit Público, é inevitável que receitemos medicamentos perigosamente contra-indicados. O receituário não pode repetir o indistigável ranço de coisa velha, por mais que reiteremos nossos compromissos com a Nova República.

Não se pode esquecer — ou passar-lhes ao largo — as causas externas da inflação, assim como a questão da capitalização parcial ou total dos juros da dívida externa como fonte a perseguir de recursos à disposição do Governo. No déficit de Cr\$ 4,8 trilhões, é preponderante a parcela de juros internos e externos. Como minimizar o caráter essencialmente financeiro do déficit sem uma política de redução das taxas de juros? Não podemos concordar com a tese de que "juros artificialmente baixos atraem tomadores, mas afastam poupadores",

nem com que uma redução não — artificial dessas taxas terá de passar pela redução do déficit público. Esta tese poderá ser perfeitamente transportada para os preços que, artificialmente baixos, atraem consumidores, mas afastam produtores.

Ao propor o controle temporário dos preços, a COPAG havia recomendado também o controle dos juros, sem o que a primeira medida seria insuportável para as empresas. Com a situação atual, para nos determos apenas na situação da empresa pública, as receitas estão congeladas, mas a dívida continua indexada, crescendo em ORTNs e aumentando, por conseguinte, o próprio déficit público.

O Ministro da Fazenda propõe cortes quantitativos e não qualitativos de despesas, o que representará, no entanto, eliminar o subsídio do trigo, alimento básico da população brasileira. Se seu preço estourar, como será inevitável com o estabelecimento de preços de mercado, quem controlará os saltos da inflação? Mais ainda, quem matará a fome do pobre, que será maior? Colocamos dúvidas sobre os cortes indiscriminados nas despesas das estatais. Mas, com isso, parece-nos que uma empresa pode ser operacionalmente eficiente, mas sucumbir a um encargo financeiro inadequado. As Itaipus, As Açominas que movimentaram o Brasil dos Gerais sempre padecerão o ônus de custos financeiros subestimados e de mercados superdimensionados. Empresas como estas exigem, antes, o saneamento de seu passivo, para que possam, enfim, provar eficiência operacional.

Qualquer política duradoura em relação às estatais terá de levar em conta soluções microeconômicas de exame caso a caso, jamais uma recomendação de cortes generalizados.

Saúdo a vinda do Ministro ao Congresso, talvez um explícito e alentador reconhecimento da importância do Legislativo no processo democrático. Mas não posso admitir a participação do Congresso na escolha e definição das quatro únicas alternativas: cortes de despesas públicas, elevação da carga tributária, emissão de títulos ou de moeda. Escolher estas quatro alternativas seria ratificar o diagnóstico impreciso da atual crise inflacionária. Mais ainda, seria convalidar um orçamento destorcido, cujos capítulos mais importantes, como o orçamento monetário e o das Estatais, o Congresso Nacional sequer referendou.

Se a Nova República de fato quer repartir com o Congresso as responsabilidades da definição da política econômica e da escolha mesmo de remédios porventura amargos para a doença da economia nacional, teremos, de princípio, de aprofundar e alargar a discussão da crise e o diagnóstico do déficit. Teremos de abrir a discussão sobre o próprio orçamento consolidado da República, e não apenas sobre sua parte fiscal. Não faz sentido, afinal, discutir fórmulas de gerar recursos para cobrir despesas com as quais talvez o Congresso não concorde. Este procedimento é consequência dos desvios autoritários de privatização de Direitos e reparte de responsabilidades. O Executivo evoca a si o direito de programar o orçamento, e o Congresso não deve aceitar o ônus de referendar as saídas amargas para a crise.

Este Congresso deseja repartir as responsabilidades com o nosso Governo e, para isto, propomos que se inicie, de imediato, o debate sobre a reforma do setor financeiro, que não pode restringir a separação do Banco Central do Banco do Brasil, por exemplo. Para que de fato as responsabilidades sejam repartidas, que se procurem com o Legislativo, as bases de renegociação da dívida pública externa e interna, sem o que serão inócuas quaisquer medidas, por mais severas e restritas que sejam.

O Congresso Nacional deseja discutir as bases de uma reforma tributária capaz de premiar o trabalho e penalizar a especulação. Que se estabeleçam, afinal, metas de desenvolvimento e não somente estreitas opções de curto prazo. Insistir em outro procedimento, nos parece um aval limitado e um cheque em branco que o Congresso definitivamente não pode assinar.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo, como Líder do PDS.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Como Líder Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Líder de nosso partido na Câmara

dos Deputados, Deputado Prisco Viana, colocou há dias, com muita propriedade o sentido da expressão "pacto político" para o PDS.

Para nós pacto político é o que vimos fazendo desde longa data para benefício da convivência democrática: vida partidária aberta às lideranças internas que se apresentam, promoção de disputa democrática entre elas na busca da indicação dos nomes do partido às diferentes eleições, inclusive a presidencial, a promoção do poder civil, o respeito às prerrogativas do Congresso ou a sua recuperação, a promoção do diálogo com outras correntes políticas com vistas a objetivos institucionais.

Todavia, Sr. Presidente, tudo queremos fazer no Congresso Nacional, pois fora daqui nosso trabalho não seria o de promotores de um pacto, mas de sustentadores políticos de um governo que não é o nosso. Isso é trabalho para a Aliança Democrática e cabe a ela demonstrar capacidade de sustentar um governo que é dela.

Nosso pacto é, portanto, aquele em que possamos dar nossa contribuição para o fortalecimento do regime democrático.

A vocação brasileira para o regime democrático tem esbarrado na incompetência das elites políticas na realização das legítimas aspirações populares. Teima-se, muitas vezes, em ignorá-las, apresentando como aspirações populares o que é apenas aspiração de políticos no sentido de alcançar o poder ou continuar a dele usufruir.

Af está a Frente Liberal que não nos deixa mentir.

A participação do povo na vida partidária é condição para o fortalecimento do regime democrático. Demos nossa contribuição para a solução desse problema votando a emenda constitucional que garantiu total liberdade à organização das mais diferentes correntes de opinião como partidos. Mas o fizemos sem ilusões, pois sabemos que a medida não pode persistir por longo tempo sob o risco de instalarmos de vez o individualismo na prática política. Tal liberdade, na formação dos partidos, é conjuntural e visa a, em tempo certo, criar as lideranças de que precisamos para enfrentar os desafios deste final de século. Porque nos últimos 20 anos o regime não foi muito propício à formação de lideranças, é necessário agora criar os meios para seu surgimento. Prolongar, porém, o método além dos próximos três anos, será propiciar a descaracterização da vida partidária, que deve refletir correntes de pensamento dentro da sociedade e não apenas correntes de interesses imediatistas.

Nesse sentido, estamos trabalhando para a consecução de um pacto político. Queremos mesmo é que, depois desses dois ou três anos de arrumação, tenhamos um número razoável de partidos políticos, que se assentem verdadeiramente em programas nítidos que não se confundam com outros programas de outras agremiações. A legislação eleitoral deve ser adaptada a essa fase de transição que corresponde ao pacto político que ajudamos a realizar, mas não deve tornar-se tão libertária de modo a contribuir para a confusão política em nosso País. Devagar portanto, com o andar partidário, para não termos de interromper a procissão no meio de sua caminhada.

Ao alertarmos, assim, para a necessidade de prudência, estamos contribuindo para o estabelecimento de um pacto político.

A necessidade básica do fortalecimento do regime democrático, condição assencial do pacto político, está relacionada com os objetivos do PDS de contribuir para a integração nacional, a paz social, o progresso e a soberania.

A vontade política do povo brasileiro, representada no Congresso atual, tem mostrado, todavia, dificuldades em se contrapor à ação perturbadora dos radicais de todos os matizes. Radicais que se posicionam sob o ângulo da política, da administração e da condução do processo econômico. Daí a corrupção política, o descaso administrativo e a libertinagem econômica que tantos males nos trouxeram nos últimos anos.

Já dizia o Brigadeiro Eduardo Gomes, na época da passagem do regime autoritário de Vargas para o regime democrático de 1946: "O preço da liberdade é a eterna vigilância".

Nós, do PDS, queremos estar vigilantes para que uma nova ordem se estabeleça no Brasil sem a presença nociva dos radicais mencionados que estão em toda a parte e

não apenas nos governos. Por isso, Sr. Presidente, o espaço que convém ao PDS no momento atual, como salientou o Deputado Prisco Viana, é o espaço da Oposição.

O Brasil vive hoje um momento importante de sua história, mas não um momento crucial, ou seja, não vive aquele tipo de presente que há de delinear o futuro de, pelo menos uma geração. Esse momento crucial já foi vivido: de 15 de março de 1985 a 21 de abril desse ano. Aí, sim, estivemos numa encruzilhada, muito mais nítida que o 15 de janeiro de 1964. Por quê? Porque nesse 15 de março de 1985 tínhamos de decidir se retrocedíamos no processo ou se andávamos para frente. O PDS deu sua contribuição muito importante e, por isso, andamos para a frente, felizmente.

Os detalhes jurídicos de então, apesar de muito válidos, não tinham força maior que a vontade nacional de seguir novos rumos. Todos têm o direito de entrar nos detalhes jurídicos e não se deve atacar esse direito como subversivo, mas têm o dever de aceitar o caminho que, independentemente de quaisquer considerações, é escolhido pela Nação como um todo.

Por isso, Sr. Presidente, aqui estamos dando nossa contribuição ao pacto político. Que significa ele? Significa reconhecimento de que houve no Brasil, em 1984, um movimento em certa direção de que não pode haver mais retorno, mesmo que, na análise e aprofundamento das causas do mesmo, possamos encontrar razões fortes de toda ordem para nos posicionarmos contra.

Apesar de reconhecermos a situação como irreversível e necessária ao futuro político das próximas gerações de brasileiros, há quem assim não ache. E não são, propriamente, em muitos casos, aqueles que eram governo antes de 15 de janeiro. São, em muitos casos, quem era oposição, pois imbuídos do desejo só de derrubar, de destruir, de contestar, seja Tancredo, seja Sarney, porque queriam e querem apenas propagar a quebra da autoridade como método de ação política.

Esses, Sr. Presidente, são muitos dos que falam grosso no momento, seja para deflagrar greves onde a necessidade do trabalhador, para eles, não é basicamente trabalhista, seja para perseguir em seu meio aqueles que não cedem diante da filosofia autocrática do consenso, diante do método da terra arrasada, diante da propaganda do apocalipse brasileiro.

Desses, Sr. Presidente, temos de nos afastar, para podermos coibir a injustiça, o irrealismo reivindicatório e a intolerância para com os que discordam. Intolerância que chega ao cúmulo, Sr. Presidente, de, em áreas da administração pública já dominadas pelos radicais do caos, punirem autoridades ou ameaçarem punir os que não concordam com greves políticas, irrealistas e facciosas.

Sr. Presidente, o momento não é crucial, porque já se escolheu o caminho. Neste, o Brasil declara sua preferência pela ordem política e social.

Todos sabemos que as dificuldades econômicas são enormes, mas não há de ser com a abdicação da autoridade que se conquistarão lá fora aquelas condições políticas de negociação que não de permitir ao País sair das dificuldades atuais.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, sentimo-nos satisfeitos quando um líder, como é o Deputado Prisco Viana, ousa dizer que "não há entre os políticos brasileiros a consciência partidária, o instinto partidário". Trata-se daquela situação de individualismo, como comportamento político social que Manoel Gonçalves Ferreira Filho tão bem tem identificado em seus trabalhos. Enquanto na Alemanha quem é do CDU ou do SPD é mesmo desses partidos e, na Itália, quem é da Democracia Cristã, de Moro, ou do Socialismo, de Craxi ou, ainda, do Comunismo, de Berlinguer, é mesmo, ideologicamente, dessas correntes, no Brasil quem é de um partido, amanhã poderá ser de outro, sem nenhum problema ideológico.

Corre, até nos dias de hoje, a história recentíssima do governador que era do PDS, passou para o PFL, está para anunciar sua entrada no PMDB, mas, no fundo, o que quer mesmo é juntar-se ao PDT do Sr. Brizola, pois aí está uma boa perspectiva eleitoral.

Esse tipo de político, Sr. Presidente, é que atrasa a passagem de nosso País para uma democracia de maior nitidez. É claro que todos agora somos livres, mas, somos

livres dentro de nossa consciência, que não pode ser caustica e muito menos puramente eleitoreira. Afinal Sr. Presidente, o povo está aí a esperar por melhores dias que só poderão vir pela mão de melhores políticos, que só serão aqueles que pensarem mais no povo que em si próprios.

Quando o Líder Prisco Viana afirma que o PFL formou-se para preservar interesses de poder em nível nacional e sobretudo, regional, está falando uma verdade cristalina e as próximas eleições comprovarão essa verdade. O problema não é circunstancialmente, divergir desta ou daquela candidatura presidencial, mas, autenticamente, desejar que esta ou aquela candidatura presidencial contemple os anseios desse ou daquele político.

Quando o Líder Prisco Viana declara que "o malufismo não existe como doutrina, pois esta é a democracia social, que está acima de quaisquer lideranças eventuais", está ele, como nós estamos, dizendo que reconhecemos e aceitamos quaisquer lideranças enquanto verdadeiras, mas desejamos, acima delas, que a democracia social como ideologia seja maior que qualquer político e, a partir do momento em que ele, político, não estiver em sintonia com ela, democracia social, não será mais um líder reconhecido.

O partido faz o homem político e não contrário.

Queremos que o Presidente Sarney acerte politicamente em sua ação. Pode errar no varejo, mas no atacado político, de forma alguma. Só assim se pode admitir um pacto que feche os olhos críticos aos verdadeiramente inusitados acontecimentos de 15 de março a 21 de abril.

Deve haver um compromisso de todos nós, brasileiros autênticos, no sentido de não criarmos dificuldades só pelo prazer da dificuldade. O Brasil é sempre maior do que nós e, como políticos, devemos respeitá-lo sempre, em sua totalidade histórica. Totalidade que envolve tantos domínios estrangeiros, tantas injustiças internas, tanta perplexidade da parte dos humildes, que nos obriga a sermos maiores que nosso interesses imediatos, maiores que as circunstâncias eleitorais, maiores que nós mesmo. Pois, só assim, poderão as gerações seguintes dizer que agora, como no momento em que sacudimos o jugo colonial, houve brasileiros que souberam forjar o futuro de sua pátria, dentro de uma filosofia social e política digna dos maiores que vieram depois.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1984, que acrescenta parágrafo ao art. 163 da Constituição Federal, tendo

PARECER CONTRÁRIO, sob nº 60, de 1984-CN, da Comissão Mista, vencidos os Senhores Senadores Hélio Gueiros, Luiz Cavalcante e Marcelo Miranda e os Senhores Deputados Alberto Goldman e Samir Achôa.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A proposta, nos termos do art. 48 da Lei Maior, exige quorum de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação.

Dada a inexistência desse quorum deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nos termos do § 3º do art. 51 da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 42 minutos, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Lei nº 3, de 1985-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça do Trabalho o crédito especial de Cr\$ 17.000.000 (dezesete milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

Ata da 111ª Sessão Conjunta, em 21 de maio de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho,

ÀS 19 HORAS E 42 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldo Meirelles — PFL.

Roraima

Francisco Erse — PFL; Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB; Benedito Wilfredo Monteiro — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; Jose Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jónathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Evandro Ayres de Moura — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Inocêncio Oliveira — PFL; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonó — PFL; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Franca Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leir Lomanto — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Sena — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Pedro Ceolin — PDS; Stelio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PFL; Amaral Netto — PDS; Bocayuna Cunha — PDT; Celso Pequena — PFL; Darcílio Ayres — PDS; Dado Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Aluísio — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Cássio Gonçalves — PMDB; Fued Dib — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL;

Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB; Dario Tavares — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Celso Amaral — PTB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Ary Kfuri — PDS; Dilon Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PFL; Ítalo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo Neves — PDT; Osvaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Santinho Furtado — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Parvão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS;
Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 261 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O Sr. Fernando Gomes — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO GOMES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que encerre a sessão, porque não temos, na realidade **quorum** para prosseguimento da presente sessão. Os Deputados que a lista de presença acusa estarem presentes na Casa estão em casa.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência defere a questão de ordem de V. Ex^a. Antes porém, de encerrar a sessão, convoca a sessão conjunta a reunir-se amanhã, às 11 horas, neste Plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1983 (nº 4.810/81, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a divulgação, pelo Poder Executivo, do elenco de bancos de dados existentes no País.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície.

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(formato bolso)
(9ª edição — março de 1984)
(reimpressão)

Texto consolidado da Constituição do Brasil, de 24-1-67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/73 a 24/83.

128 notas explicativas, com as redações originais dos dispositivos alterados.

Minucioso índice temático.

Preço:
Cr\$ 4.000,00

400 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição — 1984

Preço = Cr\$ 10.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

REFORMA

ADMINISTRATIVA

ORGANIZAÇÃO

DA ADMINISTRAÇÃO

FEDERAL

Decreto-Lei nº 200, de 1967

Texto atualizado e anotado

Legislação alteradora

Legislação correlata

4ª edição — 1984



À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomenda mediante cheque visado
pagável em Brasília ou vale postal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

CÓDIGO DE MENORES

(2ª edição - 1984)

Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, tramitação legislativa e comparação com a legislação anterior; anotações (legislação, pareceres, comentários) e outras informações.

532 páginas — Cr\$ 20.000

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (CEP 70160 — Brasília-DF), ou através de encomenda mediante vale postal ou cheque visado.

Atende-se também pelo reembolso postal

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00